

MUDANÇA DE NOME DE DEPARTAMENTO

**PROTOCOLADO 2012.5.357.58.9 – FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

1

Of.SCAPACA/146.2012/FORP

Ribeirão Preto, 16 de outubro de 2012.

Ref. ao Processo nº 2009.1.1120.58.1

Senhor Secretário,

Informamos que a Congregação, em sua 344ª Sessão, realizada em 15 de outubro de 2012, **aprovou**, por unanimidade, a alteração do nome do Departamento de Estomatologia **para** Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal.

Diante do exposto, sugerimos que essa alteração seja apreciada pelo Conselho Universitário.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros
Diretor

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. RUBENS BEÇAK

Secretário Geral da Universidade de São Paulo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Departamento de Estomatologia

Of. DE/007.2012/FORP/04.10.2012

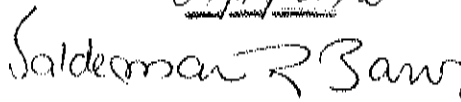
Senhor Diretor,

Informamos que o Conselho do Departamento de Estomatologia, em sua 1ª sessão, realizada em 04 de outubro de 2012, **aprovou** a alteração do nome do Departamento de Estomatologia para **Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal**.

Atenciosamente,


Profa. Dra. Marilvia Gonçalves de Carvalho Watanabe
Chefe do Departamento de Estomatologia
FORP/USP

A Assessoria Técnica Acadêmica,
para o que couber.

04/10/2012


Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros
Diretor da FORP/USP

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros

Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP

rastn/

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 4

Proc. N.º _____

Rub. _____

PROTOCOLADO: 2012.5.357.58.9

INTERESSADO: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

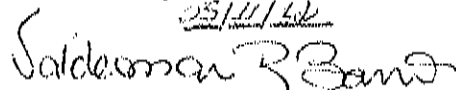
Devolvam-se os autos à FORP, para que seja anexada a justificativa da proposta de alteração do nome do Departamento de Estomatologia para Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal.

São Paulo, 31 de outubro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

*A Assistência Técnica Acadêmica,
para o que couber.*

25/11/12



Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros
Diretor da FORP/USP



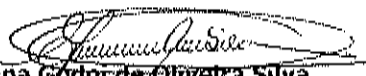
05
K

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

Protocolado nº 2012.5.357.58.9

Encaminhe-se ao Departamento de Estomatologia para atendimento do solicitado às fls. 4, retornando.

ATAc, 07 de novembro de 2012.



Juliana Godor de Oliveira Silva
Assistente Técnica Acadêmica

Em resposta ao solicitado, justificamos a proposta de alteração do nome do Departamento de Estomatologia para **Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal** pelo que segue:

1. A constituição desse novo Departamento se deu pelo desmembramento dos Departamentos de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social, conforme Processo nº 2009.1.1120.58.1. Na proposta de reestruturação encaminhada pela FORP-USP à Secretaria Geral (fls. 613 do referido Processo) ficou suprimida a área de "Odontologia Preventiva e Social" nos nomes dos novos Departamentos constituídos ("Departamento de Clínica Infantil", "Departamento de Estomatologia" e Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica");
2. A maioria dos Departamentos da FORP-USP tem adotado a prática de relacionar em seus nomes as áreas que os compõem. Como exemplos podem ser citados os Departamentos de Materiais Dentários e Prótese e de Cirurgia e Traumatologia Bucal-Maxilo-Facial e Periodontia, entre outros;
3. Como a denominação "Odontologia Preventiva e Social" está em desuso atualmente, foram adotadas as denominações "Saúde Coletiva" e "Odontologia Legal" como mais adequadas, inclusive por estarem mais próximas às especialidades odontológicas atualmente reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia.

Devolva-se à Assistência Técnica Acadêmica.

Ribeirão Preto, 08 de novembro de 2012.


Prof. Dra. Marilvia Gonçalves de Carvalho Watanabe
Chefe do Departamento de Estomatologia – FORP/USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

3

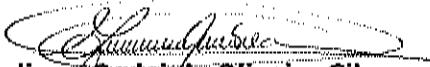
06
R

Protocolado nº 2012.5.357.58.9

Providenciada a justificativa de alteração do nome do Departamento de Estomatologia para Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal.

Encaminhe-se à Diretoria, com sugestão de encaminhamento à Secretaria Geral da USP.

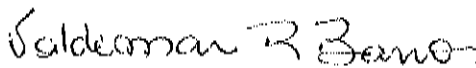
ATAc, 12 de novembro de 2012.


Juliana Godoi de Oliveira Silva
Assistente Técnica Acadêmica

De acordo.

Encaminhe-se à Secretaria Geral como sugerido.

Diretoria/FORP, 13/11/2012



Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros
Diretor da FORP/USP

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA**

INFORMAÇÃO N.º _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____


Protocolado: 2012.5.357.58.9

Interessado: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

A CAA, em sessão realizada em **03.12.2012**, aprovou a proposta de alteração do nome do Departamento de Estomatologia para Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal.

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 4 de dezembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE .

Altera dispositivo do Regimento da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em de de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O inciso 2º do artigo 3º do Regimento da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, baixado pela Resolução nº 5043, de 16 de junho de 2003 e alterado pela Resolução nº 6332, de 20 de agosto de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º - ...

...

II – Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal (802); (NR)”

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de .

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE

**1. PROCESSO 2011.1.2276.59.9 – FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO**

Folha de Informação rubricada sob n.º **20**
do processo nº 11.1.2776.59.9.....
Interessado: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Assunto: Regimento interno visando a criação do Centro de Nanotecnologia aplicada à Indústria (CNAI).

Informação ATAc – 385/2011

A Congregação em reunião de 08/12/11 aprovou, por unanimidade, a criação do CNAI – Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria.

Publique-se.

ATAc, 12 de dezembro de 2011.


LÚCIA AKEMI TATSUNO RODRIGUES
Analista Acadêmica

Folha de Informação rubricada sob n.º **24**.....
do processo nº 11.1.2776.59.9.....
Interessado: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Assunto: Regimento interno visando a criação do Centro de Nanotecnologia aplicada à Indústria (CNAI).

Informação ATAc – 401/2011

Uma vez aprovado pelos Colegiados da Faculdade e o regimento publicado no Diário Oficial do Estado, encaminhe-se à Reitoria para o pedido de inclusão no Regimento da FFCLRP ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Central.

Essa inclusão deverá ocorrer no artigo 54 do Regimento da Faculdade, cuja cópia anexamos ao presente, bem como da Resolução USP-5.465, de 03/09/2008, que altera o referido artigo.

Diretoria, 14 de dezembro de 2011.


Prof. Dr. SEBASTIÃO DE SOUSA ALMEIDA
Diretor



ISP QUÍMICA
RIBEIRÃO PRETO

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Química



2

OF.DQ.380.2011/FFCLRP-USP/WFG-iao

Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2011.

Ilustríssimo Senhor

Professor Doutor Sebastião de Sousa Almeida

Diretor desta Faculdade

Senhor Diretor,

O Conselho do Departamento de Química na 308ª Reunião Ordinária realizada em 22/11/2011, aprovou, em atendimento ao artigo 53 do Regimento da FFCLRP-USP, projeto e Regimento Interno (anexos) visando a criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI).

Solicitamos providências para apreciação dos órgãos da Universidade.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Wagner Ferraresi De Giovani
Chefe do Departamento de Química



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

PROCESSO: Processo 2011.1.2276.59.9
INTERESSADO: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
ASSUNTO: Alteração do art. 54 do Regimento Interno

PARECER

Tratam os autos da criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI), vinculada ao Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

As razões para sua criação do Centro, seus objetivos, organização, impacto econômico, competências, estratégias de atuação e gestão se encontram adequadamente fundamentados (fls. 03-14). O projeto e respectivo Regimento Interno foram apreciados pelo Conselho Departamental, em reunião ordinária, no dia 22/11/2011. Seguiu-se a apreciação pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que aprovou a criação do CNAI, por unanimidade, em sua reunião de 08/12/2011 (fls. 20 dos autos). Através da Portaria FFCLR_-24, de 13/12/2011, publicada no D.O.E., Poder Executivo, Seção I São Paulo, 121(234) – 94-94 foi baixado o respectivo Regimento Interno.

Resta, por conseguinte, alteração no artigo 54, do Regimento da Unidade bem como na Resolução USP-5.465, de 03/09/2008 para inclusão do CNAI no organograma da Instituição.

Proponho a aprovação, condicionada no entanto a ouvir-se a Procuradoria Geral da USP.

São Paulo, 02 de março de 2012


Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro da CLR



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

PG. P. 0629/12 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 2011.1.2776.59.9

INTERESSADO: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

ASSUNTO: Centro de Apoio. Regimento Geral: artigo 250. Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria – CNAI. Portaria FFCLRP nº 24/11. Adequação. Alteração do Regimento Interno da Unidade: artigo 54. Resolução nº 5645/08.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de consulta formulada pela d. CLR acerca de proposta de criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria – CNAI, vinculado ao Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (fls. 26), cujo Regimento foi aprovado pela Congregação da Unidade, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011 (fls. 20), e publicado na imprensa oficial, Portaria FFCLRP nº 24, de 13 de dezembro de 2011, em 14 de dezembro de 2011 (fls. 21).

A FFCLRP propõe a alteração do artigo 54 do Regimento Interno da Unidade (fls. 22), bem como da Resolução nº 5465/08, que altera o mencionado dispositivo (fls. 23), a fim de que seja incluído o CNAI (fls. 24).

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

Preliminarmente, cumpre esclarecer que os centros de apoio, constituídos com fundamento no artigo 250 do Regimento Geral, devem estar vinculados a estruturas orgânicas maiores dentro da Unidade: colegiados previstos no Estatuto.¹

O centro de apoio, sob o aspecto administrativo, está adstrito ao poder do órgão maior a que se vincula. Ou seja, não compete ao centro o exercício de poderes que cabe ao órgão maior.

A finalidade dos centros é o exercício de atividades *materiais* de apoio relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, e não o exercício das decisões universitárias relacionadas a política acadêmica, que compete aos Dirigentes e órgãos colegiados previstos no Estatuto e Regimento Geral.

Assim, apontamos a necessidade de que o regimento do centro contenha-se às atribuições institucionais que lhe cabem, sob pena de usurpação da competência de outros órgãos da Universidade.

Como o Regimento do CNAI já foi aprovado e publicado (fls. 20/21), resta-nos apresentar, no quadro sinótico abaixo, comentários acerca de alguns dispositivos da Portaria FFCLRP nº 24/11, para análise da d. CLR e eventual adequação da Unidade.

¹ De acordo com o artigo 51 do Estatuto: "O Departamento é a menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa." Em relação ao centro de apoio, o Departamento é órgão maior. O § 3º do art. 12 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, determinava, *verbis*: "o departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins." A norma foi revogada pela Lei nº 9.394/96 - LDB (art. 92). No entanto, a Universidade de São Paulo, com fundamento na autonomia universitária (art. 207 da CF), optou por fixar o Departamento como a menor fração da estrutura universitária para os efeitos de organização didático-científica e administrativa. Trata-se de escolha de natureza político-acadêmica. Assim, os centros de apoio, criados com fundamento no artigo 250 do Regimento Geral, são órgãos acessórios aos demais órgãos universitários de *hierarquia estatutária*. Nesse sentido, a criação de centro de apoio visa ao exercício de atividades materiais de apoio ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. O centro, em verdade, deve ser tutelado, sob o prisma jurídico-administrativo, pelo órgão universitário a que se vincula.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

4

Quadro sinótico

Portaria FFCLRP nº 24/11	Comentários
Artigo 7º - Ao Conselho Deliberativo compete: (...) V – aprovar a prestação de contas anual; VI – aprovar a admissão de novos pesquisadores; (...) X- gerir o espaço físico e a infraestrutura de pesquisa do CNAI.	 <i>A matéria não se insere em regimento de centro de apoio.</i> <i>A norma é válida, desde que os pesquisadores sejam docentes da USP.</i> <i>A matéria não é de competência do centro.</i>
Artigo 8º - Compete ao Diretor do CNAI. (...) V - representar o CNAI perante os órgãos superiores da Universidade e entidades externas a USP, quando convocado; VI - fazer executar os convênios e contratos ajustados para desempenho das funções do CNAI e seus respectivos orçamentos, contraindo as obrigações necessárias; VII – tomar medidas urgentes de ordem administrativa, que se fizerem necessárias, “ad referendum” do Conselho Deliberativo; VIII – movimentar os recursos financeiros gerados pelo CNAI, prestando contas ao Conselho Deliberativo;	 <i>Os centros exercem função de apoio na Unidade. Ou seja, a representação perante os órgãos superiores da Universidade compete ao Diretor da Unidade ou ao Chefe do Departamento. A representação perante órgãos externos à USP compete ao Reitor.</i> <i>A gestão de convênios não é de responsabilidade dos centros de apoio. No entanto, podem participar da execução de atos materiais a eles relacionados.</i> <i>As matérias devem ser da alçada do centro, e não dos órgãos maiores a que estão vinculados.</i> <i>Não é matéria de competência do centro.</i>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

IX – propor ao Conselho Deliberativo convênios e contratos de pesquisa, parcerias, prestação de serviços;	<i>A norma é válida enquanto etapa do processo de celebração de convênios, contratos, parcerias etc. A celebração do ato, em si, não é da competência do centro.</i>
X – quando necessário, designar executores para o desenvolvimento das atividades referidas no inciso X.	<i>A norma não faz sentido.</i>
Da Constituição, do Patrimônio e dos Recursos	
Artigo 9º - Constituem o CNAI:	
I - os servidores e pesquisadores que exercem atividades no CNAI;	<i>Os servidores técnicos e administrativos e os docentes integram estruturas orgânicas maiores da Unidade, que são as responsáveis pelo exercício do poder hierárquico. Em verdade, os servidores e docentes podem colaborar com CNAI. O centro não é estrutura orgânica da Unidade que desfruta de autonomia administrativa.</i>
II – prédios e laboratórios que vierem a ser construídos com recursos obtidos pelo CNAI, situados no Campus da USP, em Ribeirão Preto;	<i>Os bens móveis e imóveis são destinados ao Centro, enquanto interessar à Administração da Universidade, exercida pelos seus órgãos competentes. A gestão compete ao CTA e/ou Congregação, bem como aos órgãos administrativos superiores da USP.</i>
III - materiais e equipamentos adquiridos com orçamentos de projetos desenvolvidos no CNAI;	
Artigo 10 - O CNAI terá orçamento próprio. Os recursos provêm de:	<i>As eventuais verbas destinadas ao centro devem estar previstas em item orçamentário próprio destinado ao Departamento, respeitada a aprovação do CTA, conforme determina o inciso I do artigo 41 do Regimento Geral. O Centro não dispõe de orçamento próprio.</i>
I - custeio de projetos que serão desenvolvidos pelos pesquisadores do CNAI;	<i>Os recursos dos projetos são de responsabilidade dos docentes pesquisadores; e não do centro.</i>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5

51

II - recursos da Reitoria e do Departamento de Química destinados especialmente às atividades do CNAI;	<i>As atividades do CNAI inserem-se nas atividades do Departamento de Química. Os recursos devem estar previstos no orçamento da Unidade.</i>
III - recursos provenientes de fontes externas, tais como, agências de fomento, órgãos governamentais e fundações.	<i>Os recursos provenientes de fontes externas são de responsabilidade dos docentes pesquisadores ou devem estar previstas no orçamento da Unidade.</i>
Artigo 11 - No caso de extinção do CNAI, seu patrimônio será destinado aos respectivos docentes responsáveis, ouvido o conselho deliberativo do CNAI.	<i>Extinto o órgão, não é lícita a reversão do patrimônio público aos servidores público.</i> <i>O dispositivo pode caracterizar improbidade administrativa, nos termos do inciso XI do art. 9º da Lei nº 8.429/98.²</i> <i>Em vista da natureza teratológica da norma, recomendamos a revogação.</i>
Das Disposições Transitórias	
Artigo 1º - O CNAI assume a responsabilidade de execução dos projetos contratados.	<i>A responsabilidade pela execução dos projetos é dos docentes pesquisadores, da Unidade ou da Universidade, conforme o ajuste.</i>
Artigo 5º- Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse, o CNAI poderá solicitar aos órgãos superiores da Universidade, por prazo limitado e especificação precisa dos serviços a serem executados, a contratação de pesquisador para desenvolvimento de um projeto específico.	<i>A solicitação deve ser encaminhada ao Departamento, que analisará a conveniência e oportunidade do pedido. O centro é estrutura vinculada ao Departamento, que é órgão maior na Unidade.</i>
Artigo 6º- Quando os recursos, para desenvolvimento de projetos, forem obtidos em agências financiadoras por meio de iniciativa individual de um membro do CNAI ou de seu Diretor, a	<i>A matéria não se insere em regimento de centro de apoio.</i>

² Cf. art. 9º da Lei nº 8.429/98: "Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: (...) XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;"



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

<p>prestação de contas será feita entre o beneficiário e a agência;</p> <p>§ 1º - Quando os recursos forem obtidos mediante convênio que envolva a aprovação da Reitoria ou de órgãos colegiados superiores, a prestação de contas, que coincidirá com o ano fiscal, será encaminhada ao órgão competente pelo Diretor do CNAI;</p> <p>§ 2º - Quando os recursos forem obtidos através de doações de entidades privadas ou pessoas físicas, o CNAI deverá contabilizá-los de acordo com as normas da Universidade de São Paulo.</p> <p>§ 3º - É vedada a auto-atribuição de estipêndios, salários, complementações salariais, comissões e bonificações aos membros do CNAI, sem prejuízo da aplicação de dispositivos legais que regem a matéria no âmbito da Universidade.</p>	<p><i>Em regra, não é da responsabilidade dos centros a gestão de recursos de convênios. O Diretor do CNAI pode encaminhar eventuais esclarecimentos ao Chefe do Departamento ou ao Conselho.</i></p> <p><i>A administração dos bens doados, o que inclui a devida contabilização, não compete ao centro, mas a própria Unidade.</i></p> <p><i>A matéria não se insere em regimento de centro de apoio.</i></p>
<p>CAPÍTULO IV</p> <p>Os Membros Fundadores</p> <p>Artigo 1º - Os membros fundadores do conselho do CNAI são os docentes do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Profs. Drs. Antonio Claudio Tedesco, Fritz Cavalcante Huguenin, Grégoire Jean-François Demets, Jose Mauricio Rosolen, Luis Alberto Beraldo de Moraes, Luis Gustavo Dias, Pietro Ciancaglini e Richard John Ward.</p>	<p><i>A menção aos membros fundadores não é matéria de natureza regimental.</i></p> <p><i>A homenagem aos fundadores pode constar dos anais da Unidade ou da Universidade, mas não possui juridicidade para ser veiculada em texto normativo, sob pena, inclusive, de ofensa ao princípio da impessoalidade administrativa – caput do art. 37 da CF.</i></p> <p><i>Recomendamos a revogação do dispositivo.</i></p>

Aproveitamos a oportunidade para esclarecer que não há necessidade de que o centro esteja previsto no Regimento da Unidade. Norma infraregimental pode criá-lo, hipótese na qual o órgão de apoio gozará de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

6

menor rigidez jurídica. Cabe a Unidade analisar o grau de estabilidade que pretende conferir ao centro.

Observamos também que a Resolução nº 5465/08 será revogada, expressa ou tacitamente, mediante a edição de nova Resolução para alterar o artigo 54 do Regimento Interno da Unidade, que deverá incluir o CNAI. Assim, torna-se despropositada qualquer alteração no texto da mencionada norma.


Ex positis, recomendamos que a d. CLR analise a pertinência dos comentários acima, bem como a necessidade de eventual adequação do Regimento do CNAI pela Unidade.


É o parecer.

À consideração superior.

Recomendamos o encaminhamento dos autos à SG.

Procuradoria Geral, 20 de março de 2012.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo
PG, 20/03/12.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
À FFCLRP para manifestação da Diretoria, ouvido o interessado, sobre o grau de estabilidade a se conferir ao centro.
Após, à Secretaria Geral para oitiva da d. CLR.
PG, 20. mar 2012


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral


Folha de Informação rubricada sob nº **38**
do processo n.º 2011.1.2776.59.9.....
Interessado: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.
Assunto: Regimento Interno visando a criação do Centro de Nanotecnologia aplicada à Indústria (CNAI).

Informação ATAc - 167/2012


Como já não havia mais quórum na reunião da Congregação de 28/06/2012, os membros presentes sugeriram que o Sr. Diretor aprove a nova versão do Regimento *ad referendum*.

À **Diretoria** com solicitação de cópia do *ad referendum* para o referendo da Congregação em sua próxima reunião.

ATAc, 29 de junho de 2012.


LÚCIA AKEMI TATSUNO RODRIGUES
Analista Acadêmica

Aprovado em "Ad-referendum" da Congregação em 02/7/2012.
À ATAc, retornando a esta Diretoria.
Diretoria, 02.7.2012


Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto
Vice-Diretor da FFCLRP/USP, em exercício
DOESP de 10/09/2011, pág. 172, Sç. Executivo II

*Atestado.
Descolado de via Descolada.
ATAc, 04/07/2012*


Lúcia Akemi Tatsuno Rodrigues
Analista de Assuntos Acadêmicos
1ª Func. 2752479 FFCLRP/USP

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo: 2011.1.2776.59.9

Interes.: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Doc.Base: DQ/3802011/FFCLRP


Assunto: Regimento interno visando a criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI)

O Conselho do Departamento de Química, na 313ª Reunião Ordinária realizada em 18/05/2012, deliberou favoravelmente à reformulação do Regimento interno do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI), acatando sugestões do parecer da PG, fls 29 a 32.

O texto atual consta deste processo de folhas 33 a 35.

À Diretoria para providências.

Departamento de Química, 21 de maio de 2012.



Prof. Dr. Wagner Ferraresi De Giovani
Chefe do Departamento de Química

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo: 2011.1.2776.59.9

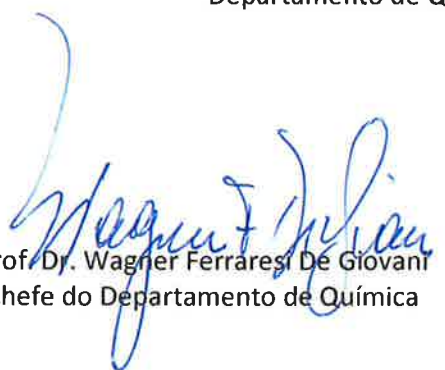
Interes.: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Doc.Base: DQ/3802011/FFCLRP

Assunto: Regimento interno visando a criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI)

À Diretoria, com a solicitação de encaminhamento para a formalização da criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI).

Departamento de Química, 20 de agosto 2012.



Prof. Dr. Wagner Ferraresi De Giovanni
Chefe do Departamento de Química

Recebido em
20/8/2012.
Jenise
Jenise Lucia Trujillo Mazon
Secretaria da Diretoria
FFCLRP/USP
FONE: 2447199 - DRT 40299/SP

Encaminhe-se à
Secretaria geral da USP,
conforme despacho às
fls. 32.
Diretoria, 20/8/2012.



Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto
Diretor



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
 Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
 Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

PROCESSO: Processo 2011.1.2276.59.9
INTERESSADO: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
ASSUNTO: Alteração do art. 54 do Regimento Interno

PARECER

A proposta de alteração do artigo 54 do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, visando a criação do Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI), vinculado ao Departamento de Química daquela unidade, havia recebido anteriormente acolhida favorável, nesta CLR (fls. 26), porém condicionada ao parecer da Procuradoria Geral.

Em seu parecer (PG.P.0629/12 – RUSP, fls. 29-32), a Procuradoria Acadêmica apresentou diversas restrições a itens específicos dos artigos 7º., 8º., 9º. 11º. bem como aos artigos 1º., 5º., 6º. e ao capítulo IV, da Portaria D 024/2011, publicada no DOE em 14/12/2011.

As restrições tem seu fundamento no artigo 250 do Regimento Geral, que estabelece que centros de apoio – como o que está sendo proposto – devem estar vinculados a estruturas orgânicas maiores dentro da Unidade, ou seja colegiados previstos em estatuto. Consequentemente, tais entidades tem por finalidade prestar apoio material às atividades de ensino, pesquisa e extensão, razão pela qual não dispõem de competências administrativas e atribuições institucionais próprias de outros órgãos da Universidade, de conformidade com as normas regulamentares.

No caso em apreço, o CNAI, uma vez criado, estará subordinado ao Departamento e a seu Conselho. Não pode avocar para si atribuições tais como: aprovação de prestação de contas; aprovação de admissão de novos pesquisadores; gestão de espaço físico e infraestrutura de pesquisa; representação institucional junto aos órgãos superiores da Universidade; execução de convênios e contratos bem como de seu orçamento; movimentação de recursos financeiros; regulação da composição interna do corpo de pesquisadores e servidores técnico-administrativos; regulação de patrimônio mesmo se os recursos forem obtidos mediante fontes externas à USP; responsabilização pela execução dos projetos, que cabem aos docentes da Unidade ou da Universidade, dependendo do ajuste realizado. Do mesmo modo, a menção aos membros fundadores, previstas no Capítulo IV não é matéria de natureza regimental.

O mesmo parecer sublinha que não há rigorosamente necessidade de que o centro esteja previsto no Regimento da Unidade. Legislação infraregimental poderá criá-lo, conferindo-lhe menor rigidez jurídica.

Diante da natureza das ponderações, os autos retornaram à Unidade para manifestação.

De início, através da Portaria D – no, 005/2012 (fls. 33), foi revogada a Portaria D no. 024/2011. O Regimento foi revisado. Sua nova edição, aprovada pelo Conselho do Departamento de Química, em 18/05/2012 e, em seguida, *ad referendum* pela Congregação da Unidade, em 02/07/2012. O mesmo Departamento manifestou entendimento de que o CNAI estivesse presente no Regimento da Unidade, a exemplo dos demais centros.

A nova versão atende em grande medida às restrições apontadas pela Procuradoria Geral. Contudo, sugiro um adendo ao artigo 7º. da nova versão que trata das competências do Conselho Deliberativo. No item V, está estabelecido, entre uma das atribuições, a de submeter a prestação de contas anual à aprovação do Conselho do Departamento. O item IV indica como atribuição do Conselho o de “aprovar o relatório anual”. Entendo que essa aprovação deva ser submetida à homologação pelo Conselho do Departamento, para o que proponho seja a redação revisada nesses termos.

No mais, proponho a aprovação da alteração do artigo 54 do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.


São Paulo, 22 de outubro de 2012.



Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro da CLR

A CLR, em sessão realizada em 24 de outubro de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do artigo 54 do regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

São Paulo, 23 de novembro de 2012.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 23 de novembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2012.

Altera dispositivo do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º – O *caput* do art. 54, do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, baixado pela Resolução nº 4364, de 26 de março de 1997, alterado pela Resolução nº 5465/2008, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 54 - Fica vinculado ao Departamento de Física e Matemática o Centro de Instrumentação, Dosimetria e Radioproteção (CIDRA), ao Departamento de Química o Centro de Ensino Integrado de Química (CEIQ) e o Centro de Nanotecnologia Aplicada à Indústria (CNAI) e ao Departamento de Psicologia e Educação o Centro Brasileiro de Investigação e Educação Infantil (CINDEDI) e o Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada (CPA).” (NR)

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 2011.1.2776.59.9)

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

2. PROCESSO 91.1.152.16.4 – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

OF.AC.055

São Paulo, 11 de setembro de 2012.

Magnífico Reitor.

Encaminhamos a Vossa Magnificência, aprovado pela Congregação desta Faculdade, em sua sessão de 29.08.2012, por maioria absoluta de votos, a alteração do artigo 22 do nosso regimento interno.

Proposta:

Artigo 22 - A Comissão de Graduação (CG) será constituída por:

I - dois docentes do AUH;

II - dois docentes do AUT;

III - três docentes do AUP;

IV - um docente indicado pela Congregação, eleito dentre os seus membros;

V - Docente Coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo (CoC-AU);

VI - Docente coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Design (CoC-Design);

VII - representantes discentes, eleitos por seus pares, correspondente a vinte por cento do total dos docentes membros da Comissão de Graduação, que devem ser alunos regularmente matriculados da FAUUSP.

Parágrafo único - Os membros referidos nos itens I a IV, deverão ser portadores, no mínimo, do título de doutor,

A presente alteração se faz necessária devido à contribuição dos coordenadores das Comissões de Coordenação do curso desta Unidade, para as discussões promovidas pelas reuniões da Comissão de Graduação.

Atenciosamente.



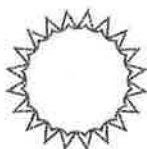
Prof. Dra. Maria Cristina da Silva Leme

Vice-Diretora em exercício

Exmo. Prof.

Dr. João Grandino Rodas

Reitor da Universidade de São Paulo





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

231

PG. P. 2673/12- RUSP
GFCM

PROCESSO nº: 91.1.152.16.4

INTERESSADO: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

ASSUNTO: Regimento Interno. Modificação. Composição da Comissão de Graduação. Inclusão de dois novos membros. Presidentes das CoCs locais. Análise jurídico-formal. Possibilidade.

PARECER

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, devidamente aprovada pela E. Congregação da Unidade, por maioria absoluta de votos, em sessão de 29 de agosto de 2012.

Cuida a proposta de alteração do artigo 22 do referido Regimento Interno, para fins de alterar a composição da Comissão de Graduação da Unidade, que passaria a contar com dois novos membros, o Docente Coordenador da Comissão de Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CoC-AU) e o Docente Coordenador da Comissão de Coordenação do Curso de Design (CoC-Design)

É o breve relatório.

A proposta está acompanhada da justificativa acadêmica, qual seja, a de que a participação desses Coordenadores



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

2

22v

contribuirá para as discussões havidas no âmbito da Comissão de Graduação.

As Comissões de Coordenação de Cursos estão disciplinadas na Resolução CoG nº 5500, de 13 de janeiro de 2009, não havendo nenhuma disposição colidente com a proposta.

Assim, e do ponto de vista estritamente jurídico, uma vez que a essa Procuradoria Geral não incumbe a análise de mérito, nada há a objetar relativamente aos termos da proposta, estando a mesma em condições de ser alçada à consideração da d. CLR e, oportunamente, do colendo Conselho Universitário.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral.

Procuradoria Geral, 21 de setembro de 2012

Assinatura manuscrita de Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

Processo n. 91.1.152.16.4

Assunto: Proposta de alteração do art. 22 do Regimento da FAU

Interessada: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

1. Trata-se de proposta de alteração da redação do art. 22 do Regimento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, formulada pela Vice-Diretora em exercício, Professora Maria Cristina da Silva Leme.

2. Observo, em primeiro lugar, que a proposta visa a acrescentar, entre os integrantes da Comissão de Graduação, o Docente Coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo e o Docente Coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Design.

Ademais, vem ela justificada na efetiva contribuição que tais docentes trarão para as “discussões promovidas pelas reuniões da Comissão de Graduação”.

3. O parecer lançado pela Procuradoria Geral não acentua qualquer óbice legal à respectiva aprovação.

4. Opino, pois, pela aprovação da mesma.

É o meu parecer.

São Paulo, 16 de outubro de 2012.


José Rogério Cruz e Tucci

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA**

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 91.1.152.16.4

Interessado: FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

A CLR, em sessão realizada em 24 de outubro de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do artigo 22 do Regimento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

São Paulo, 24 de outubro de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 24 de outubro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____.

Altera dispositivo do Regimento da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O artigo 22 do Regimento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, baixado pela Resolução nº 4055, de 22 de novembro de 1993, alterado pela Resolução nº 5435/2008, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 22 - A Comissão de Graduação (CG) será constituída por:

I - dois docentes do AUH;

II - dois docentes do AUT;

III - três docentes do AUP;

IV - um docente indicado pela Congregação, eleito dentre os seus membros;

V - docente Coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo (CoC-AU);

VI - docente Coordenador da Comissão de Coordenação do curso de Design (CoC-Design);

VII - representantes discentes, eleitos por seus pares, correspondente a vinte por cento do total dos docentes membros da Comissão de Graduação, que devem ser alunos regularmente matriculados da FAUUSP.

Parágrafo único - Os membros referidos nos itens I a IV deverão ser portadores, no mínimo, do título de doutor.”

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 91.1.152.16.4)

Reitoria da Universidade de São Paulo, _____ de _____ de _____.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741

3. PROCESSO 99.1.298.46.8 – INSTITUTO DE QUÍMICA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Química

Fls. nº. _____ 34 _____

Processo IQ 99.1.298.46.8

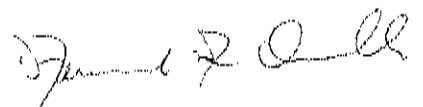
RUB _____

Interessado: Instituto de Química – USP

Assunto: Alteração do Regimento do IQUSP

Em sua sessão 348ª sessão ordinária realizada em 31.10.2012, a Congregação do IQUSP aprovou por unanimidade, com maioria absoluta, inclusive atingindo dois terços do número de seus membros, as alterações ao Regimento do IQUSP destacadas por sombreamento nos novos termos do texto, às fls. 26 a 33 deste processo.

São Paulo, 01 de novembro de 2012



Fernando Rei Ornellas
Diretor

Encaminhe-se à Secretaria Geral

COPIA DESTACADA DO PROCESSO

As alterações ao Regimento do IQUSP, aprovadas pela Congregação em sua 348ª reunião ordinária, realizada em 31.10.2012 encontram-se sombreadas:

REGIMENTO DO INSTITUTO DE QUÍMICA

TÍTULO I

Do Objetivo do Regimento

Artigo 1º - O presente regimento tem por objetivo disciplinar o funcionamento do Instituto de Química (IQ), de acordo com o disposto no Estatuto da Universidade de São Paulo, aprovado pela Resolução nº. 3461 de 07 de outubro de 1988, e no Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº. 3745 de 19 de outubro de 1990.

TÍTULO II

Da Constituição do IQ

Artigo 2º - O Instituto de Química é constituído pelo Departamento de Química Fundamental e pelo Departamento de Bioquímica.

TÍTULO III

Da Administração Geral do IQ

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Artigo 3º - A Administração Geral do IQ é exercida pelos seguintes órgãos:

- I-** Congregação
- II-** Conselho Técnico-Administrativo
- III-** Diretoria
- IV-** Comissão de Graduação
- V-** Comissão de Pós-Graduação
- VI-** Comissão de Pesquisa
- VII-** Comissão de Cultura e Extensão Universitária

Capítulo II

Da Congregação

Seção I

Da Constituição da Congregação

Artigo 4º - A Congregação, órgão consultivo e deliberativo superior do IQ, tem a sua composição definida pelo disposto no artigo 45 do Estatuto, à exceção dos representantes previstos no inciso X e parágrafos 4º e 5º do mencionado artigo.

Parágrafo 1º - São membros da Congregação todos os Professores Titulares do IQ;

Parágrafo 2º - Para efeito de estabelecimento de quorum das demais categorias docentes, são, também, considerados representantes dos Professores Titulares, aqueles professores pertencentes a essa categoria que estejam ocupando os cargos previstos nos incisos I a VI do artigo 45 do Estatuto;

Parágrafo 3º - As representações a que se referem os incisos VIII e IX do artigo 45 do Estatuto, bem como aquelas referidas nos itens 2 e 3 do parágrafo 1º do mesmo artigo, não serão alteradas em seu número até a época de renovação dos mandatos;

Parágrafo 4º - Os representantes a que se refere o inciso VIII do artigo 45 do Estatuto serão, respectivamente, alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, eleitos pelos seus pares; e alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação e orientados por orientadores do IQUSP, eleitos pelos seus pares, admitidas as reconduções;

Parágrafo 5º - Obedecido o disposto no inciso VIII do artigo 45 do Estatuto, quando a representação for exercida por número ímpar de membros discentes, o estudante a mais será um estudante de graduação, eleito pelos seus pares;

Parágrafo 6º - Obedecido o disposto no artigo 221 do Regimento Geral, na vacância assumirá o suplente até o término do mandato do membro titular.

Seção II

Das Atribuições da Congregação

Artigo 5º - Além do disposto no artigo 39 do Regimento Geral é da competência da Congregação:

- I** - opinar, anualmente, sobre o número de vagas para cada currículo e disciplina, consideradas a demanda social e as possibilidades do IQ em termos de pessoal docente, pessoal auxiliar, espaço, equipamento e material didático;
- II** - aprovar as propostas de realização de convênio com outras Unidades ou Instituições, para fins culturais, científicos ou didáticos.

Seção III

Dos Trabalhos da Congregação

Artigo 6º - A Congregação reunir-se-á de acordo com um calendário estabelecido semestral ou anualmente, ou sempre que convocada pelo Diretor, ou, ainda, por solicitação de dois terços de seus membros efetivos.

Parágrafo único - As convocações para as sessões da Congregação serão feitas por escrito, com antecedência mínima de quarenta e oito horas e declaração dos respectivos fins.

Artigo 7º - A Congregação funcionará e deliberará normalmente com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus membros em exercício.

Parágrafo único - Verificada a falta de número legal, convocar-se-á nova reunião em data tão próxima quanto possível. Não havendo número legal para esta sessão, convocar-se-á nova reunião para trinta minutos depois, que se realizará com qualquer número.

Artigo 8º - Em qualquer reunião, assuntos estranhos à ordem do dia não poderão ser objeto de deliberação, salvo por decisão de dois terços dos presentes.

Artigo 9º - As decisões ou pareceres da Congregação serão adotados por maioria simples de votos, exceto nos casos especificados no Estatuto, no Regimento Geral ou neste Regimento.

Capítulo III

Do Conselho Técnico-Administrativo

Seção I

Da Composição

Artigo 10 - O Conselho Técnico-Administrativo (CTA) do IQ tem a seguinte constituição:

- I** - O Diretor do IQ, seu Presidente nato;
- II** - o Vice-Diretor;
- III** - os Chefes dos Departamentos;
- IV** - dois representantes de cada Departamento, eleitos pelos respectivos Conselhos dentre os docentes que os compõem, com mandato de dois anos;
- V** - um membro do corpo discente dos cursos de Graduação, eleito pelos seus pares;
- VI** - um membro dos servidores não docentes, eleito pelos seus pares.

Parágrafo 1º - Cada um dos representantes mencionados nos incisos IV, V e VI terá um suplente.

Parágrafo 2º - Na vacância assumirá o suplente até o término do mandato do membro titular.

Seção II Das Atribuições

Artigo 11 - As atribuições do CTA são as fixadas no artigo 41 do Regimento Geral e outras que lhes forem delegadas pela Congregação.

Artigo 12 - O CTA se reunirá de acordo com um calendário estabelecido semestral ou anualmente.

Parágrafo único - Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Diretor do IQ, ou por solicitação de dois terços de seus membros.

Capítulo IV Da Diretoria

Artigo 13 - A Diretoria, órgão superior da Administração do IQ, é dirigida pelo Diretor, auxiliado pelo Vice-Diretor.

Seção I Do Diretor

Artigo 14 - Além do disposto no Estatuto e no Regimento Geral da USP, ao Diretor do IQ incumbe:

- I** - designar Comissões para assessorá-lo;
- II** - dar posse aos membros do corpo docente e aos funcionários administrativos;
- III** - elaborar, anualmente, a proposta orçamentária do IQ e dar ciência à Congregação de sua execução;
- IV** - ordenar o empenho de verbas e respectivas requisições de pagamentos;
- V** - autorizar os adiantamentos orçamentários do IQ;
- VI** - convocar as eleições para representantes das diversas categorias de docentes e do corpo discente nos colegiados do IQ;
- VII** - encaminhar à Reitoria propostas de contrato ou de admissão de pessoal administrativo;
- VIII** - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação de órgão superior.

Seção II
Do Vice-Diretor

3

Artigo 15 - O Vice-Diretor substitui o Diretor em seus impedimentos e em caso de vacância do cargo, até o seu provimento.

Parágrafo único - As eleições para provimento do cargo de Diretor devem ser convocadas dentro de 30 (trinta) dias a partir da vacância.

Artigo 16 - Compete ao Vice-Diretor executar as funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Capítulo V
Das Comissões de
Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Cultura e Extensão Universitária.

Artigo 17 - Os trabalhos das Comissões de Graduação (CG), Pós-Graduação (CPG), Pesquisa (CPq) e Cultura e Extensão Universitária (CCEEx), respeitada a orientação dos colegiados superiores, reger-se-ão por regulamentos próprios e obedecerão à orientação geral estabelecida pela Congregação:

- I** - à CG cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pela estrutura curricular;
- II** - à CPG cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas de pós-graduação, bem como coordenar as atividades didático-científicas pertinentes;
- III** - à CPq cabe traçar diretrizes de política científica do IQ e zelar pela execução dos programas institucionais de investigação científica.
- IV** - à CCEEx cabe promover o desenvolvimento, a coordenação e o acompanhamento das atividades de cultura e extensão universitária.

Parágrafo único - Cabe aos Presidentes manter informados o Diretor e a Congregação dos assuntos de suas respectivas Comissões, bem como daqueles tratados nos Conselhos Centrais respectivos.

Artigo 18 - A CG é constituída por seis membros do corpo docente e um representante do corpo discente.

Parágrafo 1º - A Congregação indicará os membros docentes e respectivos suplentes, ouvidos os Departamentos;

Parágrafo 2º - O representante discente e seu suplente serão eleitos pelos pares dentre os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do Instituto de Química.

Artigo 19 - A CPG é constituída por seis membros do corpo docente, orientadores credenciados da pós-graduação, e um representante do corpo discente.

Parágrafo 1º - Serão membros da CPG: o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Química e respectivo suplente; o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Bioquímica e respectivo suplente; e quatro membros e respectivos suplentes indicados pela Congregação, ouvidos os Departamentos.

Parágrafo 2º - O representante discente e seu suplente serão eleitos pelos pares dentre os alunos regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação do Instituto de Química.

Artigo 20 - A CPq é constituída por cinco membros do corpo docente e um representante do corpo discente.

Parágrafo 1º - A Congregação indicará, ouvidos os Departamentos, os membros docentes e respectivos suplentes dentre os orientadores credenciados na pós-graduação portadores de, pelo menos, o título de Livre-Docente ou que, a juízo da Congregação, tenham experiência equivalente;

Parágrafo 2º - O representante discente e seu suplente serão eleitos pelos pares, alunos regularmente matriculados no curso de pós-graduação do Instituto de Química.

Artigo 20A - A CCEX é constituída por seis membros do corpo docente e um representante do corpo discente.

Parágrafo 1º - A Congregação indicará, ouvidos os Departamentos, os membros docentes e respectivos suplentes, portadores de, pelo menos, o título de Doutor;

Parágrafo 2º - O representante discente e seu suplente serão eleitos pelos pares, alunos regularmente matriculados nos cursos de Graduação do Instituto de Química.

TÍTULO IV **Dos Departamentos**

Artigo 21 - Os Conselhos de Departamento do IQ têm a sua composição definida pelo artigo 54 do Estatuto da USP.

Parágrafo 1º - São membros do Conselho todos os Professores Titulares do Departamento.

Parágrafo 2º - Para o Conselho do Departamento de Bioquímica haverá um representante dos estudantes de graduação escolhido pelos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, os demais sendo escolhidos pelos estudantes de pós-graduação e orientados por orientadores do Departamento, admitidas as reconduções em ambos os casos.

Parágrafo 3º - Para o Conselho do Departamento de Química Fundamental, os representantes discentes serão alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, eleitos pelos seus pares, admitidas as reconduções.

Parágrafo 4º - Na hipótese da representação discente, a que se refere o parágrafo anterior, admitir mais de um membro, haverá um representante dos estudantes de pós-graduação, regularmente matriculado em programas de pós-graduação e orientado por orientadores do Departamento, eleito pelos seus pares, admitidas as reconduções.

Parágrafo 5º - Aplicam-se aos Conselhos de Departamento, no que couber, o disposto no parágrafo 6º do artigo 4º, e nos artigos 6º a 9º deste Regimento.

Parágrafo 6º - Cabe ao Chefe do Departamento a presidência do Conselho do Departamento.

TÍTULO V
Do Ensino

4

Artigo 22 - O Ensino no IQ será ministrado em dois níveis:

- I** - de graduação
- II** - de pós-graduação

Parágrafo único - O IQ poderá organizar cursos de especialização, extensão universitária e aperfeiçoamento nas áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular.

Artigo 23 - O IQ ministrará as disciplinas de graduação das áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular necessárias aos vários currículos oferecidos pelas Unidades da USP, sediadas na Capital.

Parágrafo único - O oferecimento de novas disciplinas dependerá da disponibilidade de espaço, equipamento, material de consumo, pessoal técnico-auxiliar e pessoal docente.

Artigo 24 - Os cursos de graduação em que o IQ tem participação preponderante são:

- Diurno – Período integral
- I** – Bacharelado em Química
- II** – Licenciatura em Química
- III** – Bacharelado em Química com Atribuições Tecnológicas
- IV** - Bacharelado em Química com Atribuições em Biotecnologia
- V** - Bacharelado em Química com ênfase em Bioquímica e Biologia Molecular
- Noturno
- I** – Bacharelado em Química Ambiental
- II** – Licenciatura em Química

Parágrafo único - Fica condicionada à decisão da Comissão de Graduação a matrícula do aluno que não integralizar os créditos de seu curso no prazo máximo de sete anos.

Artigo 25 - A Pós-Graduação é disciplinada por Regimento próprio.

TÍTULO VI
Da Carreira Docente

Artigo 26 – Além do disposto no Estatuto e no Regimento Geral, as seguintes normas se aplicam aos concursos da carreira docente do IQ:

I - os concursos para provimento de cargo e a acesso à função da carreira far-se-ão nos termos do respectivo edital e segundo as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e deste Regimento:

II - os concursos para provimento de cargo inicial e final da carreira, bem como para livre-docência serão feitos para o Departamento, com base em programa de um conjunto de disciplinas a seu cargo, de modo a caracterizar uma área do conhecimento;

III – O concurso para provimento de cargo de professor doutor poderá ser realizado em uma ou duas fases, devendo a forma escolhida constar do edital de abertura do concurso.

Parágrafo 1º - Se o concurso for realizado em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas constarão de:

- 1 - prova escrita: 2 (dois);
- 2 - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 4 (quatro);
- 3 - prova didática: 2 (dois);
- 4 - apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição: 2 (dois);

Parágrafo 2º - Se o concurso for realizado em uma única fase as provas do concurso constarão de:

- 1 - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5 (cinco);
- 2 - prova didática: 2 (dois);
- 3 - apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição: 3 (três).

Parágrafo 3º - A prova escrita será realizada conforme disposto no artigo 139 do Regimento Geral.

Parágrafo 4º - O projeto de pesquisa, entregue na inscrição ao concurso, deverá ser apresentado pelo candidato em seção pública com duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos, e deverão ser considerados: (a) sua adequação às linhas de pesquisa da Unidade, (b) seu enquadramento à área de atuação do departamento, (c) sua originalidade, (d) sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade; em seguida a respectiva arguição será realizada.

Parágrafo 5º - O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato e será feito segundo o disposto no artigo 136 do Regimento Geral, valorizando-se a qualidade da atividade docente universitária, os títulos universitários, a produção científica medida pela publicação de trabalhos, conferências ministradas, participação em simpósios, mesas redondas, orientação de estudantes; projetos de pesquisa já financiados, a independência do candidato em ter desenvolvido linha(s) de pesquisa em nível de excelência em uma ou mais áreas existentes no Departamento ou em áreas correlatas.

IV - as inscrições para os concursos de livre-docência serão abertas durante 15 dias, no primeiro mês de cada semestre letivo;

V - aplicam-se ao concurso de livre-docência as disposições do Regimento Geral em seu artigo 173, optando-se, na prova de avaliação didática, pelo disposto no artigo 156 e seus parágrafos.

VI - os pesos das provas do concurso de livre-docência são os seguintes:

- 1 - Prova escrita: 2 (dois);
- 2 - Defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: 2 (dois);
- 3 - Prova pública de arguição e julgamento do memorial: 4 (quatro);
- 4 - Prova pública oral de erudição: 2 (dois);

VII - na prova pública de arguição e julgamento do memorial do concurso de livre-docência, os membros da Comissão Julgadora analisarão o grau de independência científica do candidato, medida pela sua participação efetiva em publicações de ampla circulação e de prestígio na área, pelo estabelecimento de linhas próprias de pesquisa, pelas suas atividades no ensino de graduação e pós-graduação, pela capacidade de formação de pessoal e pelas suas atividades de extensão universitária;

VIII - aplicam-se ao concurso para preenchimento de cargos de Professor Titular as disposições do Estatuto e do Regimento Geral;

IX - os pesos das provas do concurso para Professor Titular são os seguintes:

- 1 - Julgamento dos títulos: 5 (cinco);
- 2 - Prova pública oral de erudição: 2 (dois);
- 3 - Prova pública de arguição: 3 (três);

X - na prova pública de arguição e no julgamento dos títulos, os membros da Comissão Julgadora analisarão a regularidade e relevância da produção científica do candidato, sua capacidade de liderança na área de atuação, medida pela projeção alcançada pelas suas atividades científicas, didáticas e de extensão, bem como pela formação e orientação de discípulos;

XI - no julgamento dos títulos para o concurso de Professor Titular deverão prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição;

XII - a presidência das Comissões Julgadoras, dos concursos de acesso aos cargos e função da carreira docente, caberá ao professor do IQ de categoria mais alta e com maior tempo de atividade docente na Universidade.

Artigo 27 - A reavaliação quinquenal de todos os docentes, como preceitua o artigo 104 do Estatuto, será feita de acordo com as normas e procedimentos sugeridos pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), prevista pelo artigo 202 do Regimento Geral.

TÍTULO VII **Do Corpo Docente**

Artigo 28 - As atividades do corpo docente serão reguladas de acordo com o disposto no Estatuto e no Regimento Geral.

Parágrafo 1º - O IQUSP, através de seus órgãos colegiados e de sua Diretoria, procurará estimular atividades extracurriculares do corpo docente através de estágios, monitorias, designação de professores tutores para grupos de estudantes, e outras, visando o aperfeiçoamento da formação científica e cultural dos estudantes.

Parágrafo 2º - As atividades de monitoria estão sujeitas a regulamentação a critério da Comissão de Graduação e da Comissão de Pós-Graduação, conforme cada caso.

TÍTULO VIII **Disposição Transitória**

Artigo 29 - A Congregação somente poderá alterar este regimento por maioria absoluta de votos da totalidade de seus membros.

.....

Resolução nº.4053, de 22/11/93, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 26/11/93, Seção 1 - pg.60.

Resolução nº.4676, de 24.06.99, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 26.06.99 (Altera dispositivo do Regimento do IQUSP).

Resolução USP nº.5228, de 18.08.05, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 31.08.05 (Altera dispositivo do Regimento do IQUSP).

Obs.: As alterações sombreadas foram aprovadas, por unanimidade, na 348ª reunião ordinária da Congregação do IQUSP, realizada em 31.10.2012.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

37

PG. P. 3223/12- RUSP
GFCM

PROCESSO nº: 1999.1.298.46.8

INTERESSADO: Instituto de Química

ASSUNTO: Alterações no Regimento Interno.
Análise jurídico-formal.

PARECER

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Química. As alterações sugeridas foram aprovadas pela Congregação do Instituto em sessão de 31.10.2012, por mais de dois terços de seus membros.

As mudanças atingem o § 4º do art. 4º, o inciso V do art. 10, o § 1º do art. 19, o § 2º do art. 20-A, os parágrafos 2º e 3º do art. 21, os artigos 22, 23 e 24, além dos artigos 26¹⁸ e 29. As matérias alteradas são distintas, mas podem ser agrupadas em temas que serão indicados em itens separados, para mais fácil percepção das modificações sugeridas.

É o relatório do necessário. Passo à análise jurídico-formal.

1. Cursos oferecidos pelo Instituto de Química e Representação discente



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

6

As alterações sugeridas para o § 4º do art. 4º, o inciso V do art. 10, o § 2º do art. 20-A e os parágrafos 2º e 3º do art. 21 referem-se à representação discente em distintos colegiados, a saber: Congregação, Conselho Técnico-Administrativo (CTA), Comissão de Cultura e Extensão Universitária (CCEX) e Conselhos dos Departamentos de Bioquímica e Química Fundamental.

No que tange à modificação dos membros da Congregação, do CTA e dos Conselhos dos Departamentos mencionados, não se altera a composição dos colegiados em si, mas apenas se esclarece que os representantes discentes serão eleitos dentre os alunos de cursos de graduação oferecidos pelo Instituto, sem nomear tais cursos, como faz o Regimento em vigor. A medida é salutar, pois evita que alterações nos cursos oferecidos (nomenclatura, criação de novos cursos etc. limite a participação de certos grupos de alunos).

Ademais, essas alterações se coadunam às modificações propostas para os arts. 22, 23 e 24, que elencam os cursos de graduação e aperfeiçoamento ministrados pelo IQ.

Relativamente à CCEX, modifica-se a representação que vem sendo exercida por aluno de pós-graduação e que passará a ser exercida por alunos de graduação. Lembre-se a esse respeito, que a representação na CPq é atribuição dos pós-graduandos, ao passo que na CCEX, a atribuição recai sobre os graduandos, nos termos dos Regimentos dos Conselhos de Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária, respectivamente. Logo, o IQ está adequando sua normativa interna à normativa geral da Universidade.

2. Composição da Comissão de Pós-Graduação (CPG)

A modificação proposta para o § 1º do art. 19, prevê-se que os Coordenadores do Programa de Química e Bioquímica sejam membros natos da CPG, pelo que a Congregação passará a indicar os outros quatro membros e não mais os seis membros docentes da CPG.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

38

A medida mostra-se salutar, pois os coordenadores dos dois Programas mencionados, que cuidam dos destinos desses cursos, passam a ser membros natos da CPG, participando das decisões mais fundamentais às atividades de pós-graduação.

3. Quórum

A proposta de modificação do art. 29 é desnecessária. A regra transitória em vigor, que se pretende modificar, não mais produz efeitos. Escoado o prazo de dois anos, a regra especial ali estabelecida foi, *ipso facto*, substituída pela regra do inciso I do art. 39 do Regimento Geral.

Ademais, a redação proposta não é uma disposição transitória, não cabendo no título VIII.

Recomendamos sua não aprovação.

4. Concursos docentes

Por fim, com relação à alteração do art. 26, verifica-se que as alterações propostas visam introduzir a possibilidade de concursos em duas fases, a critério do Departamento, e indicam como a "outra prova, a critério da Unidade" (nos termos do art. 135 do Regimento Geral), a prova de apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição.

Tal prova já consta, em termos exatamente idênticos, nos Regimentos Internos do IF, do IME e do IP, tendo, todos eles, sido aprovados pela CLR e pelo Conselho Universitário, nada havendo a objetar quanto a esse aspecto.

Além disso, a Unidade redistribui os pesos das diversas provas, o que é matéria de mérito que escapa aos limites dessa análise jurídico-formal. Inclusive porque é a própria Unidade, por sua Congregação, quem melhor pode verificar a atribuição de tais pesos segundo as características de sua atuação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

7

Em conclusão, excetuada a aprovação da modificação do art. 29, porquanto desnecessária, sou de Parecer que as demais alterações sugeridas merecem aprovação, pelo viés jurídico-formal.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral da USP, para inclusão na pauta da d. CLR.

Procuradoria Geral, 10 de novembro de 2012.


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

SECRETARIA GERAL DA USP
AV. PAULISTA, 156 - JARDIM PAULISTA - 05508-900 - SÃO PAULO - SP
FONE: (11) 3091-3100 FAX: (11) 3091-3101 E-MAIL: sgp@usp.br



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Processo 99.1.298.46.8 – Instituto de Química

Trata-se de proposta de alteração do Regimento do IQUSP.

Em sessão de 30/10/2012 a Douta Congregação do IQUSP aprovou por unanimidade de seus membros alterações nos Artigos 4º, 10º, 19º, 20ºA, 21º, 22º, 23º, 24º, 26º, 29º, de seu Regimento. A matéria foi analisada pela Procuradoria Geral que recomenda a sua aprovação, com exceção do artigo 29, uma vez que a sua modificação ("A Congregação somente poderá alterar este regimento por maioria absoluta de votos da totalidade de seus membros) é desnecessária visto que a regra já está estabelecida no inciso V do artigo 39 do Regimento Geral.

Em síntese, as modificações propostas são as seguintes:

Artigos 4 e 10: estabelecem que a representação discente na Congregação e CTA será eleita dentre os membros discentes dos cursos oferecidos pelo IQ.

Artigo 19: estabelece que serão membros da CPG, o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Química mais o suplente e o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Bioquímica mais suplente além de outros quatro membros indicados pela Congregação, ouvidos os Departamentos.

Artigo 20A: estabelece que na CoCEx o representante discente e suplente serão escolhidos pelos pares entre todos os alunos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação do IQ.

Artigo 21: estabelece que

§ 2º - para o Conselho do Departamento de Bioquímica haverá um representante discente da graduação escolhido entre os alunos matriculados nos cursos do IQ e os

demais representantes serão escolhidos pelos alunos da pós-graduação e orientados por docente do Departamento.

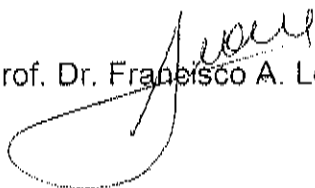
§ 3º - para o Conselho do Departamento de Química Fundamental os representantes serão escolhidos entre os alunos matriculados nos cursos do IQ.

Artigo 22 e 23: estabelece que o IQ poderá organizar cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento na áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular. E que o IQ poderá ministrar disciplinas de graduação nas áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular.

Artigo 26: estabelece que o Concurso de Professor Doutor poderá ser realizado em uma ou duas fases. Se o concurso for realizado em duas fases, além da prova escrita eliminatória haverá julgamento do memorial com prova de argüição, prova didática e apresentação do projeto de pesquisa. Se o concurso foi realizado em uma fase as provas constarão do julgamento do memorial, prova didática e apresentação do projeto.

Assim sendo, com exceção do artigo 29, cuja aprovação não foi recomendada pela Procuradoria Geral, as demais alterações não apresentam nenhum óbice do ponto de vista jurídico-formal. Portanto, sou de parecer favorável à aprovação das alterações propostas.

Prof. Dr. Francisco A. Leone



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA**

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

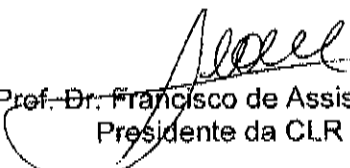
Rub. _____

Processo: 99.1.298.46.8

Interessado: INSTITUTO DE QUÍMICA


A CLR, em sessão realizada em 5 de dezembro de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alteração do Regimento do Instituto de Química nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

São Paulo, 5 de dezembro de 2012.


Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 5 de dezembro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____.

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Química.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em _____ de 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O § 4º do art. 4º do Regimento do Instituto de Química, baixado pela Resolução nº 4053, de 22 de novembro de 1993, alterado pela Resolução nº 5228/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 4º - ...

§ 4º - Os representantes a que se refere o inciso VIII do art. 45 do Estatuto serão, respectivamente, alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, eleitos pelos seus pares, e alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação e orientados por orientadores do IQUSP, eleitos pelos seus pares, admitidas as reconduções." (NR)

Artigo 2º - O inciso V do art. 10 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 10 - ...

V - um membro do corpo docente dos cursos de Graduação, eleito pelos seus pares;" (NR)

Artigo 3º - O § 1º do art. 19 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 19 - ...

§ 1º - Serão membros da CPG: o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Química e respectivo suplente; o Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Bioquímica e respectivo suplente; e quatro membros e respectivos suplentes indicados pela Congregação, ouvidos os Departamentos." (NR)



Secretaria Geral

Artigo 4º - O § 2º do art. 20A passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 20-A - ...

§ 2º - O representante discente e seu suplente serão eleitos pelos pares, alunos regularmente matriculados nos cursos de Graduação do Instituto de Química.” (NR)

Artigo 5º - Os parágrafos 2º e 3º do art. 21 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 21 - ...

...

§ 2º - Para o Conselho do Departamento de Bioquímica haverá um representante dos estudantes de graduação escolhido pelos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, os demais sendo escolhidos pelos estudantes de pós-graduação e orientados por orientadores do Departamento, admitidas as reconduções em ambos os casos.

§ 3º - Para o Conselho do Departamento de Química Fundamental, os representantes discentes serão alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação do IQUSP, eleitos pelos seus pares, admitidas as reconduções.” (NR)

Artigo 6º - O Parágrafo único do art. 22 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 22 - ...

Parágrafo único - O IQ poderá organizar cursos de especialização, extensão universitária e aperfeiçoamento nas áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular.” (NR)

Artigo 7º - O *caput* do art. 23 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 23 - O IQ ministrará as disciplinas de graduação das áreas de Química, Bioquímica e Biologia Molecular necessárias aos vários currículos oferecidos pelas Unidades da USP, sediadas na Capital.” (NR)

Artigo 8º - O art. 24 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 24 - Os cursos de graduação em que o IQ tem participação preponderante são:

I- Diurno - Período integral

a- Bacharelado em Química;

b - Licenciatura em Química;

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

- c - Bacharelado em Química com Atribuições Tecnológicas;
- d - Bacharelado em Química com Atribuições em Biotecnologia;
- e - Bacharelado em Química com ênfase em Bioquímica e Biologia Molecular.

II - Noturno

- a - Bacharelado em Química Ambiental;
- b - Licenciatura em Química.

Parágrafo único - Fica condicionada à decisão da Comissão de Graduação a matrícula do aluno que não integralizar os créditos de seu curso no prazo máximo de sete anos." (NR)

Artigo 9º - O art. 26 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 26 - Além do disposto no Estatuto e no Regimento Geral, as seguintes normas se aplicam aos concursos da carreira docente do IQ:

I - os concursos para provimento de cargo e o acesso à função da carreira far-se-ão nos termos do respectivo edital e segundo as disposições do Estatuto, do Regimento Geral e deste Regimento;

II - os concursos para provimento de cargo inicial e final da carreira, bem como para livre-docência serão feitos para o Departamento, com base em programa de um conjunto de disciplinas a seu cargo, de modo a caracterizar uma área do conhecimento;

III - O concurso para provimento de cargo de professor doutor poderá ser realizado em uma ou duas fases, devendo a forma escolhida constar do edital de abertura do concurso.

§ 1º - Se o concurso for realizado em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas constarão de:

- 1 - prova escrita: 2 (dois);
- 2 - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 4 (quatro);
- 3 - prova didática: 2 (dois);
- 4 - apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição: 2 (dois).

§ 2º - Se o concurso for realizado em uma única fase as provas do concurso constarão de:

- 1 - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5 (cinco);



Secretaria Geral

2 - prova didática: 2 (dois);

3 - apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição: 3 (três).

§ 3º - A prova escrita será realizada conforme disposto no artigo 139 do Regimento Geral.

§ 4º - O projeto de pesquisa, entregue na inscrição ao concurso, deverá ser apresentado pelo candidato em seção pública com duração mínima de 20 (vinte) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos e deverão ser considerados: a) sua adequação às linhas de pesquisa da Unidade, b) seu enquadramento à área de atuação do departamento, c) sua originalidade, d) sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade; em seguida a respectiva arguição será realizada.

§ 5º - O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato e será feito segundo o disposto no artigo 136 do Regimento Geral, valorizando-se a qualidade da atividade docente universitária, os títulos universitários, a produção científica medida pela publicação de trabalhos, conferências ministradas, participação em simpósios, mesas redondas, orientação de estudantes; projetos de pesquisa já financiados, a independência do candidato em ter desenvolvido linha(s) de pesquisa em nível de excelência em uma ou mais áreas existentes no Departamento ou em áreas correlatas.

IV - as inscrições para os concursos de livre-docência serão abertas durante quinze dias, no primeiro mês de cada semestre letivo;

V - aplicam-se ao concurso de livre-docência as disposições do Regimento Geral em seu art. 173, optando-se, na prova de avaliação didática, pelo disposto no art. 156 e seus parágrafos;

VI - os pesos das provas do concurso de livre-docência são os seguintes:

1 - prova escrita: 2 (dois);

2 - defesa de Tese ou de Texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela: 2 (dois);

3 - prova pública de arguição e julgamento do memorial: 4 (quatro);

4 - prova pública oral de erudição: 2 (dois);

VII - na prova pública de arguição e julgamento do memorial do concurso de livre-docência, os membros da Comissão Julgadora analisarão o grau de independência científica do candidato, medida pela sua participação efetiva em publicações de ampla circulação e de prestígio na área, pelo estabelecimento de linhas próprias de pesquisa, pelas suas atividades no ensino de graduação e pós-graduação, pela capacidade de formação de pessoal e pelas suas atividades de extensão universitária;

Rua da Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária

05508-050 - São Paulo - Brasil

+55-11-3815.2413 - sg@usp.br - www.usp.br/secretaria



Secretaria Geral

VIII - aplicam-se ao concurso para preenchimento de cargos de Professor Titular as disposições do Estatuto e do Regimento Geral;

IX - os pesos das provas do concurso para Professor Titular são os seguintes:

- 1 - julgamento dos Títulos: 5 (cinco);
- 2 - prova pública oral de erudição: 2 (dois);
- 3 - prova pública de arguição: 3 (três);

X - na prova pública de arguição e no julgamento dos títulos, os membros da Comissão Julgadora analisarão a regularidade e relevância da produção científica do candidato, sua capacidade de liderança na área de atuação, medida pela projeção alcançada pelas suas atividades científicas, didáticas e de extensão, bem como pela formação e orientação de discípulos;

XI - no julgamento dos títulos para o concurso de Professor Titular deverão prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição;

XII - a presidência das Comissões Julgadoras, dos concursos de acesso aos cargos e função da carreira docente, caberá ao professor do IQ de categoria mais alta e com maior tempo de atividade docente na Universidade." (NR)

Artigo 10 - O § 2º do art. 28 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 28 - ...

§ 2º - As atividades de monitoria estão sujeitas a regulamentação a critério da Comissão de Graduação e da Comissão de Pós-Graduação, conforme cada caso." (NR)

Artigo 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12 - Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 99.1.298.46.8)

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de .

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral

MINUTA DE RESOLUÇÃO
PROCESSO 99.1.432.5.9 – FACULDADE DE MEDICINA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

1

Ofício AAc. 96.11

São Paulo, 20 de junho de 2011.

AO

PROF. DR. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO

MD. PROCURADOR GERAL DA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sr. Procurador Geral,

Conforme entendimentos verbais mantidos, encaminho a V.Sa. o Processo 99.1.432.5.9, que trata do **credenciamento de médicos do Hospital das Clínicas da FMUSP como *professores colaboradores médicos***, formalizando solicitação de seja feita uma avaliação sobre o assunto, tendo em vista a possibilidade de simplificar as diversas etapas que envolvem o processo de credenciamento e, sobretudo, de firmar um procedimento que possa configurar o reconhecimento factual da Universidade de São Paulo, para com o relevante e decisivo papel que os médicos do HCFMUSP exercem na formação profissional dos nossos alunos.

Para facilitar o entendimento dos diversos aspectos da matéria, destaco:

- 1) Ofício fl. 02
- 2) Considerações fls. 05/06
- 3) Parecer COP, fl.28
- 4) Parecer CLR, fls. 37/39
- 5) Resolução 4727, de 24/11/1999, fls.62/67
- 6) DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS – fls.117 e 121/125 e,
- 7) A partir das fsl. 131, cópias de trechos das atas da Congregação FMUSP, Conselho Deliberativo do HC e Conselho Universitário, que dão um panorama



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

256

das discussões e deliberações que culminaram na criação da categoria de Professor Colaborador Médico do HC.

PRINCIPAIS PROBLEMAS EXISTENTES:

- Todas as questões levantadas na fl.117, na manifestação do Departamento de Moléstias Infecciosas – endossada pelo Departamento de Cirurgia (fls.118 em diante) – persistem e são motivo de grande insatisfação por parte do corpo clínico do HC (destacando-se o fato de que os médicos do corpo clínico do HC, em geral, permanecem nessa condição muito mais do que os 6 anos permitidos pela Resolução, como prazo máximo sucessivo de credenciamento);
- O TERMO DE COOPERAÇÃO foi firmado com vigência de 5 anos, a partir de JULHO DE 2000 (fl.84) – portanto, ESTÁ VENCIDO.
- O processo de credenciamento é muito semelhante ao processo de concurso para ingresso na carreira docente (inclusive pelo custo com banca examinadora e com o tempo despendido e recursos humanos administrativos necessários para realizá-lo) gerando nos médicos a ideia de que fizeram um *concurso* (através do qual, uma vez aprovados e indicados para a função de professor colaborador médico, adquirem os deveres e direitos da carreira docente...)

SUGESTÕES:

- Buscar um mecanismo legal que possa estabelecer que todos os médicos do HC, uma vez atendidas algumas condições mínimas, sejam professores colaboradores médicos da FMUSP (da mesma forma que os professores titulares da FMUSP são responsáveis pelos serviços do HC – vide artigo 634 do Regulamento do HC – Decreto 9720/77:

Artigo 634 – Aos Professores Titulares dos Departamentos ou das Disciplinas da FMUSP cabe a responsabilidade técnica, didática e de direção das correspondentes unidades médicas e de apoio previstas neste Regulamento.

§ 1º - A direção das unidades médicas e de apoio que não tiverem departamentos correspondentes na FMUSP será exercida por professores, médicos ou outros profissionais, da FMUSP ou do HC, indicados pelos respectivos Conselhos Diretores.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

2 25

§ 2º - As atividades dos professores da FMUSP, quando estiverem na direção ou supervisão de unidades médicas ou de apoio ou das unidades a elas subordinadas, serão consideradas como parte de suas atividades docentes.)

- Se for absolutamente inviável a sugestão acima, *modificar o processo de credenciamento, simplificando-o*: cada Departamento relaciona os médicos do corpo clínico do HC que exercem atividades de supervisão/formação dos alunos de graduação/pós-graduação/residência médica da FMUSP em sua respectiva área/especialidade e, com a chancela da Comissão de Graduação e/ou de Pós-Graduação, a Congregação da FMUSP homologa, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos do HC comunicar à FMUSP as demissões/aposentadorias ocorridas e ao Departamento ao qual o professor médico colaborador está vinculado, a comunicação de seu eventual afastamento das atividades docentes.

Agradecendo desde já a atenção que for dedicada ao assunto e disponibilizando-me para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários, apresento meus cumprimentos.

Cordialmente,


Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Junior
Vice-Diretor no Exercício da Diretoria da FMUSP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

259

PG. P. 2341/11
JAC/

PROCESSO: 99.1.432.5.9

INTERESSADO: FACULDADE DE MEDICINA

ASSUNTO: Professor Colaborador Médico
Resolução 4727/99.

P A R E C E R

O Vice-Diretor em exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina solicita a reavaliação do processo de credenciamento dos professores colaboradores médicos, a fim de simplificá-lo, firmando-se, ainda, "procedimento que possa configurar o reconhecimento factual da Universidade de São Paulo, para com o relevante e decisivo papel que os médicos do HCFMUSP exercem na formação profissional" dos alunos (fls. 255/257).

Aponta como problemas: a) o prazo máximo de credenciamento (seis anos) é menor que do que o período que os médicos, geralmente, permanecem no corpo clínico do HC; b) o termo de cooperação firmado entre o HCFMUSP e a USP, visando a colaboração para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade, está vencido; c) o processo de credenciamento é muito semelhante ao processo de concurso para



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

3

ingresso na carreira docente o que, além de gerar nos médicos a idéia de que fizeram um concurso, para a USP implica nos mesmo gastos de um concurso docente.

A título de sugestão apresenta como alternativas: 1) buscar um mecanismo para credenciamento automático dos professores médicos colaboradores; 2) na impossibilidade, simplificar o processo de credenciamento da seguinte forma: o Departamento encaminharia a relação dos médicos, que, após oitiva da Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação, seria homologada pela Congregação.

Feito o breve relatório, passamos as nossas considerações.

O credenciamento de médicos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professores Colaboradores Médicos está disciplinado na Resolução nº 4727, de 24 de novembro de 1999.

Nos termos da referida norma, a presença dos Colaboradores Médicos destina-se a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina, considerando o relacionamento institucional entre a Unidade e o Hospital das Clínicas.

Tal relacionamento institucional resultou no Termo de Cooperação entre a FM e o HC, celebrado em 11 de julho de 2000, objetivando a colaboração para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade.

Referido instrumento vigorou por cinco anos, e vem se renovando automaticamente, apesar da expressa previsão de celebração de novo instrumento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

261

Diante disso, o primeiro aspecto a ser providenciado é a celebração de novo ajuste, que poderá seguir os mesmos termos do anterior.

No que concerne ao credenciamento, cumpre salientar que o vínculo dos médicos do HC com a Universidade é acadêmico, e não funcional. Sob esse aspecto, importante trazer trecho das razões que levaram a Comissão de Legislação e Recursos a aprovar a matéria, que ficou consubstanciada na Resolução nº 4727/99: "Considero, particularmente, que o presente arranjo excepcional é adequado à Faculdade de Medicina tendo em vista a profunda interpenetração entre as duas entidades, o que torna a situação ímpar e extremamente peculiar. De fato, o espírito da presente iniciativa é apenas o de dar ao médico que já colabora com o ensino e a pesquisa status de docente, além de regulamentar a sua inestimável colaboração. No entanto, deve-se ter presente que sua presença do Departamento é fugaz e não tem compromisso equivalente ao de um membro do Corpo Docente da Universidade de São Paulo, posto que não pertence ao seu quadro docente (fls. 39).

Com base nesse entendimento é que foi fixado para o credenciamento o prazo de 2 (dois), prorrogável duas vezes por igual período, totalizando o prazo máximo de 6 (seis) anos, de forma a propiciar um revezamento entre os colaboradores.

Quanto ao processo estabelecido para credenciamento, sob o aspecto jurídico, sua alteração é viável - tendo em vista a inter-relação entre as duas instituições, sobretudo considerando que o HC é hospital escola, o que faz com que seu corpo médico esteja envolvido nas atividades que ali desenvolvem os alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Nesse sentido, a Unidade deverá indicar os requisitos objetivos, bem como a forma de acompanhamento das



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

4

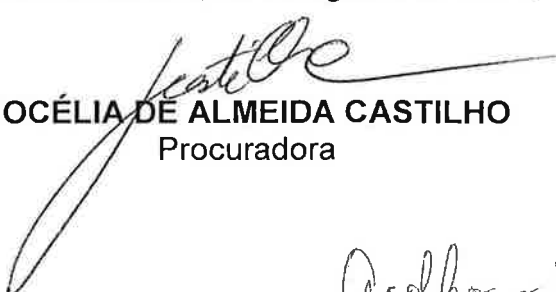
262

atividades dos credenciados, a fim de embasar a edição de nova Resolução.

Diante disso, propomos o retorno dos autos à Faculdade de Medicina, para ciência deste e apresentação de proposta circunstanciada.


À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Consultoria Jurídica, 23 de agosto de 2011.

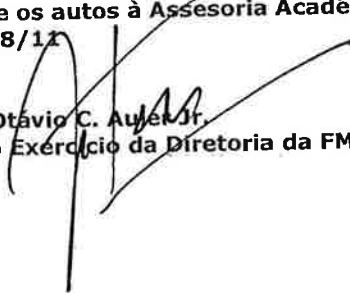

JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

*Aedho o Parcer.
à FM.*

PG, 23-ago. 2011


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Procurador Geral

Encaminhem-se os autos à Assessoria Acadêmica, para exame.
Diretoria, 29/08/11


Prof. Dr. José Otávio C. Auler Jr.
Vice-Diretor no Exercício da Diretoria da FMUSP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

263

Ofício AAc.020.12

São Paulo, 6 de março de 2012.

AO

ILMO. PROF. DR. GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO
PROCURADOR GERAL DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sr. Procurador Geral,

Em consonância com o Parecer PG.P.2341/11 (fls.259/262), que faculta a possibilidade de alterar o processo de credenciamento (fl.261, penúltimo parágrafo), encaminho a V.Sa. propostas aprovadas pela Congregação da FMUSP, de Minuta de Convênio e de Minuta de Resolução disciplinando o referido processo.

Saliento que duas grandes mudanças estão sendo propostas: a eliminação do processo de credenciamento nos mesmos moldes de um concurso docente, que seria substituído por: - *O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de: a) Curriculum vitae, atualizado na Plataforma Lattes; b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento; c) Plano de Trabalho discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento. O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.*

Quanto ao convênio, a grande alteração proposta refere-se à ampliação da possibilidade de credenciamento, que deixaria de restringir-se aos médicos e passaria a oferecer a todos os integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação acadêmica compatível com a exigida para o ingresso na carreira docente da USP,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

5

oportunidade de serem credenciados para participar das atividades de ensino e pesquisa da FMUSP, como Professores Colaboradores, nos termos da regulamentação da própria USP. Com esta modificação, os profissionais de nível superior do Hospital das Clínicas da USP, vinculados aos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, passariam a ter oportunidade de também obter o credenciamento como professor colaborador da FMUSP que, além do curso de Medicina, também possui os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.

Agradecendo a atenção sempre dedicada aos assuntos desta Escola e colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários, renovo meus cumprimentos.

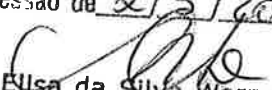
Cordialmente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'J' muito grande e estilizada.

PROF. DR. JOSE OTAVIO COSTA AULER JUNIOR
VICE-DIRETOR NO EXERCÍCIO DA DIRETORIA DA FMUSP

TERMO DE COOPERAÇÃO

APROVADO NA CONGREGAÇÃO DA FMUSP
em sessão de 21/3/2012


Marcia Elisa da Silva Werneck
Assistente Técnica Acadêmica da FMUSP

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Universidade de São Paulo visando a colaboração para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade.

Pelo presente instrumento, de um lado, o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, entidade autárquica estadual, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, criada pelo Decreto-Lei nº 13.192, de 19 de janeiro de 1943, reido por seu Regulamento....., neste ato representada por seu Superintendente, Dr. Fumio..... e de outro lado a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3.4612, de 7 de outubro de 1988 e pelo seu Regimento Geral...., neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Professor Doutor João Grandino Rodas, por intermédio de sua FACULDADE DE MEDICINA, representada por seu Vice-Diretor no exercício da Diretoria, Professor Doutor Jose Otavio Costa Auler Junior, doravante designada FMUSP e considerando:

- o nível de relacionamento institucional que existe entre a FMUSP e o HCFMUSP;
- que o HCFMUSP, desde o ato de sua criação, Decreto-Lei nº 13.192/43, tem entre seus fins servir de campo de instrução aos estudantes da FMUSP;
- que desde que o mesmo Decreto de criação foi estabelecida a reciprocidade entre as duas instituições, incluindo no Corpo Clínico do HCFMUSP os docentes da FMUSP, sem ônus para o HCFMUSP, no artigo 13 do Decreto-Lei nº 13.192/43;
- que pelo seu atual Regimento, o HCFMUSP é entidade associada à USP, para fins de ensino, pesquisa e prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade e que, pelo artigo 634 do mesmo Regimento, a responsabilidade técnica, didática e de direção das Unidades Médicas de Apoio é atribuída aos Professores Titulares da FMUSP;
- que o Regimento Geral da USP também arrola o HCFMUSP entre as entidades associadas, no artigo 14, inciso I, das Disposições Transitórias, de acordo com a Resolução nº 3745/90;
- que as finalidades institucionais da FMUSP e do HCFMUSP são, por força dos próprios regimentos, profundamente inter-relacionadas,

resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a integração dos partícipes para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à

comunidade, conforme projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação durante a vigência deste Termo e que será considerado parte integrante deste.

CLÁUSULA SEGUNDA – METAS

São metas deste TERMO aquelas especificadas no Projeto Acadêmico da FMUSP, em relação ao ensino de graduação e de pós-graduação, à pesquisa e à extensão de serviços à comunidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – AUSÊNCIA DE IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS

O presente TERMO não implica em qualquer ônus financeiro de um dos partícipes em relação ao outro, sendo que cada partícipe arcará com os ônus correspondentes às suas obrigações neste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA USP

São obrigações da USP:

- I - prover com seus docentes o Corpo Clínico do HCFMUSP, recaindo sobre os Professores Titulares a responsabilidade técnica, didática e de direção das Unidades Médicas e de Apoio, de acordo com o artigo 634 do Decreto nº 9720/77;
- II - colaborar com as atividades próprias do HCFMUSP, oferecendo suporte de orientação e pesquisa, nos limites dos seus próprios objetivos acadêmicos;
- III - dar aos integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação acadêmica compatível com a exigida para ingresso na carreira docente da USP, oportunidade de serem credenciados para participar das atividades de ensino e pesquisa da FMUSP, como Professores Colaboradores, nos termos da regulamentação da própria USP.

Parágrafo Único

Os credenciados deverão firmar Termo de Adesão, com base na Lei Federal nº 9608, de 16 de fevereiro de 1996.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO HCFMUSP

São obrigações do HCFMUSP:

- I - prover recursos físicos para as atividades de prática médica a serem realizadas pelos alunos da FMUSP e cursos afins da USP;
- II - permitir que os integrantes do seu Quadro Funcional colaborem com as atividades da FMUSP.

CLÁUSULA SEXTA – COORDENAÇÃO DO TERMO

A Coordenação Técnica e Administrativa do presente acordo será exercida em conjunto pelo Diretor da FMUSP, Diretor Clínico e Superintendente do HCFMUSP, cabendo-lhes a solução e encaminhamento de questões técnicas e administrativas que surgirem, bem como a supervisão e gerenciamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Caso resultem das atividades deste acordo, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de obtenção de privilégio ou patente, nos termos da legislação brasileira e das convenções internacionais de que o Brasil é signatário, fica estabelecido o seguinte:

I - os partícipes se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem a algum resultado passível de obtenção de privilégio ou patente, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado;

II - os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de registro de privilégios ou patentes decorrentes desta cooperação, serão atribuídos aos partícipes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) a cada um;

III – cada partícipe, nos prazos estabelecidos na legislação vigente, se obriga a requerer, em nome de ambos e perante os órgãos competentes, o privilégio ou patente, bem como o acompanhamento e tramitação do processo;

IV – caberá a cada partícipe, tomar as providências legais e judiciais no sentido de resguardar a propriedade, a apropriação e o uso indevido por terceiros, das patentes mencionadas neste ajuste;

V – a concessão de licença a terceiros, para a exploração de patentes geradas neste acordo, dependerá de prévia anuência de cada partícipe, ficando convencionado que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelos signatários;

VI – cada partícipe poderá, com a aprovação do outro, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre as patentes, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantindo ao partícipe o direito de preferência na aquisição, respeitadas as disposições da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA – DIREITOS AUTORAIS

Se do presente TERMO resultar obra científica, literária ou relativa a programas de computador, os direitos decorrentes pertencerão aos signatários em partes iguais, devendo a eventual utilização ser regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

O presente TERMO vigorará por prazo indeterminado, a partir da data da sua assinatura e poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Primeiro

Havendo pendências, os partícipes definirão, mediante Termo de Encerramento, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, assegurada a conclusão regular do semestre letivo e respeitadas as demais atividades em curso.

Parágrafo Segundo

Denunciado o TERMO, cessarão, no momento do seu término, os credenciamentos de Professores Colaboradores vinculados ao HCFMUSP que estejam em vigor, com base na regulamentação específica da Universidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente TERMO, fica eleito o foro da Capital de São Paulo, em uma das Varas da Fazenda Pública, com exclusão de qualquer outro, mesmo privilegiado.

E por estarem assim justas e convencionadas, as partes assinam o presente TERMO em cinco vias de igual teor e um só efeito.

São Paulo, de de 2012.


JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor da USP

FUMIO
Superintendente do HCFMUSP

JOSE OTAVIO COSTA AULER JR. **ELOISA SILVA DUTRA DE O. BONFÁ**
Vice-Diretor no exercício da diretoria da FMUSP Diretora Clínica do HCFMUSP

MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA DISCIPLINAR O CREDENCIAMENTO DE PROFESSORES COLABORADORES VINCULADOS AO HCFMUSP

APROVADO NA CONGREGAÇÃO DA FMUSP
em sessão de 21/3/2012


Marcia Elisa da Silva Werneck
Assistente Técnica Acadêmica da FMUSP

Disciplina o credenciamento de membros do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professores Colaboradores, para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina.

O Reitor da Universidade de São Paulo,

Considerando o relacionamento institucional existente entre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, autarquia especial da Secretaria da Saúde, doravante designado Hospital das Clínicas;

Considerando que o Hospital das Clínicas, desde o ato de criação, Decreto-lei nº 13192/43, tem entre seus fins servir de campo de instrução aos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;

Considerando que desde o mesmo Decreto de criação foi estabelecida a reciprocidade entre as duas entidades, tendo-se incluído no Corpo Clínico do Hospital, os professores e assistentes de clínica da Faculdade de Medicina, sem ônus para o Hospital, conforme artigo 13 do mencionado Decreto-lei nº 13.192/43;

Considerando que pelo seu atual Regimento, Decreto nº 9720/77, o Hospital das Clínicas é entidade associada à USP, para fins de ensino, pesquisa e prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade e que, pelo artigo 634 do mesmo Regimento, a responsabilidade técnica, didática e de direção das correspondentes unidades médicas é atribuída aos Professores Titulares da Faculdade de Medicina;

Considerando que o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, reciprocamente, também arrola o Hospital das Clínicas entre as entidades associadas, no Art. 14, I, das Disposições Transitórias, de acordo com a Resolução nº 4135/94;

Considerando, então, que as finalidades institucionais da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas são, por força dos próprios regimentos, profundamente interrelacionadas;

e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 23 de novembro de 1999, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Esta resolução disciplina o credenciamento de integrantes do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas como Professores Colaboradores, com base nos arts. 86 do Estatuto e 195 do Regimento Geral da Universidade, para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Medicina.

Artigo 2º - Para ser admitido como Professor Colaborador, o profissional do Hospital das Clínicas deverá preencher, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) ser integrante do corpo clínico do Hospital das Clínicas;
- b) ser portador de título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;
- c) ser admitido em processo de credenciamento, na forma do Art. 4º, de acordo com o projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação.

Artigo 3º - O credenciamento tem natureza exclusivamente acadêmica, decorrente do relacionamento institucional que existe entre a Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas, definido no Regimento Geral da USP, Art. 14, I, das Disposições Transitórias, e no Regulamento do Hospital das Clínicas (Decreto nº 9.720/77, artigo 1º, § 1º), bem como no projeto acadêmico da FMUSP, aprovado pela Congregação.

§ 1.º O credenciamento não cria vínculo empregatício nem obrigação trabalhista ou funcional, não dando, portanto, ao Professor Colaborador o direito a remuneração, contagem de tempo de serviço ou qualquer outro benefício de natureza trabalhista ou previdenciária ou afim, a cargo da Universidade de São Paulo, permanecendo apenas os encargos funcionais existentes sob a responsabilidade do Hospital das Clínicas.

§ 2.º O credenciamento poderá ser utilizado como título nos editais de concursos para provimento de cargos ou funções docentes e para a obtenção de títulos na Universidade de São Paulo.

Artigo 4º - O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de:

- a) *Curriculum vitae*, atualizado na Plataforma Lattes;
- b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento;
- c) Plano de Trabalho discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento.

§ 1º - O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.

§ 2º - Ao tomar ciência de sua aprovação, o interessado manifestará explicitamente sua concordância com as atividades a serem desenvolvidas no Departamento e assinará o Termo de Adesão para o desempenho de Serviço Voluntário, com fundamento na Lei nº 9.608/98 e nesta Resolução.

§ 3º - Na hipótese de interrupção da colaboração acadêmica entre o Hospital das Clínicas e a Faculdade de Medicina, com a denúncia do convênio que disciplina essa relação, cessarão automaticamente os credenciamentos dos Professores Colaboradores, a partir da data em que a denúncia se tornar efetiva.

Artigo 5º - Uma vez assinado o Termo de Adesão mencionado no parágrafo segundo do artigo 4º, o Professor Colaborador fica obrigado a submeter bienalmente, ao Departamento ao qual está vinculado, relatório de suas atividades acompanhado de Currículo Lattes e atualização do plano de trabalho e projeto de pesquisa.

Parágrafo Único: Os Departamentos devem enviar à Congregação, a cada dois anos, em data a ser por ela estabelecida, uma apreciação – elaborada em formulário específico a ser encaminhado pela Assistência Acadêmica da FMUSP – sobre o conjunto das atividades realizadas por seus Professores Colaboradores credenciados.

Artigo 6º - O Professor Colaborador poderá ser descredenciado, nas seguintes hipóteses:

I - por ato do Diretor da Faculdade de Medicina, quando requerido pelo interessado;

II - por decisão da Congregação, mediante proposta do Conselho de Departamento, motivada pelo desempenho insuficiente do credenciado em relação ao projeto de pesquisa e plano de trabalho aprovados por ocasião do processo de credenciamento, renovados bienalmente, assegurado o direito de defesa do interessado;

III - por ato vinculado do Diretor da Faculdade de Medicina, se o Colaborador deixar de fazer parte do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas.

Artigo 7º - O Professor Colaborador poderá participar das atividades acadêmicas em que haja nexo entre as práticas na área de saúde e interesses de ensino, pesquisa ou extensão de serviços à comunidade, e, em especial, o seguinte:

a) ministrar, como co-responsável, disciplinas de Graduação ou Pós-Graduação relacionadas com as práticas na área de saúde;

b) coordenar projetos de pesquisa, atuando nos laboratórios, no Hospital e nas enfermarias;

c) supervisionar a atividade dos alunos nas clínicas médicas;

d) orientar os alunos em programas de iniciação científica, mestrado e doutorado, de acordo com as regras de credenciamento específico das Comissões de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Medicina;

e) integrar Comissões Julgadoras de concursos docentes, sendo computados como membros da casa unicamente para a finalidade de cálculo da proporção entre membros pertencentes à Faculdade e os estranhos a ela, conforme o disposto no Regimento Geral da Universidade;

f) exercer outras atividades, para as quais seja indicado pelo Conselho do Departamento ou pela Congregação da Faculdade de Medicina e que não alterem a natureza do credenciamento.

Artigo 8º - Os Chefes de Departamento e os Presidentes das Comissões a que se referem os incisos IV e V e o Parágrafo único do art. 44 do Estatuto poderão convidar um representante dos Professores Colaboradores para assistir, sem direito a voto, às sessões dos Conselhos do Departamento e das Comissões, respectivamente.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a de nº 4727, de 24 de novembro de 1999. (Proc. 99.1.432.5.9).

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

274

PG. P. 1377/12
JAC/

PROCESSO: 99.1.432.5.9

INTERESSADO: FACULDADE DE MEDICINA

ASSUNTO: Professor Colaborador Médico
Resolução 4727/99.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral

O Vice-Diretor em exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina encaminha proposta de alteração da Resolução nº 4727/99, que disciplina o credenciamento de membros do Corpo Clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, bem como novo Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Hospital das Clínicas e a Universidade de São Paulo, visando a colaboração para aprimoramento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços médico-hospitalares à comunidade (fls. 263/264).

Aduz em seu Ofício, que estão sendo propostas duas grandes mudanças: "a eliminação do processo de credenciamento nos mesmos moldes de um concurso docente, que assim seria substituído: - O interessado em se credenciar como Professor Colaborador deverá apresentar solicitação diretamente ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que desenvolve suas atividades, acompanhado de: a) *Curriculum vitae*, atualizado na Plataforma Lattes; b) Projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento; c) Plano de Trabalho

1
JAC



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

10

2X

discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento. O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional."

Aponta que o Termo de Cooperação, por sua vez, amplia a possibilidade de credenciamento, pois passaria a oferecê-la a todos os integrantes do corpo clínico do HCFMUSP, portadores de titulação compatível, vinculados aos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, não apenas aos médicos.

Feito o breve relatório, passamos a opinar.

Conforme mencionado no Parecer nº 2341/11 (fls. 259/262), a celebração de novo Termo de Cooperação faz-se necessária.

Assim, em boa hora veio o instrumento de fls. 265/268. Resta verificar a legalidade de seus termos, e sua adequação aos padrões da Universidade.

Examinando a minuta apresentada, constatamos que foram alterados dispositivos para substituir "médicos integrantes do corpo clínico do HCFMUSP" por "integrantes do corpo clínico do HCFMUSP", especificamente o inciso II e parágrafo único da Cláusula Quarta, inciso II da Cláusula Quinta.

Quanto à vigência do convênio, nos termos das normas em vigor na Universidade deve ser limitada a cinco anos (Resolução nº 4715/99), a podendo ser firmado novo ajuste, depois de vencido esse período, em havendo interesse das partes.

AP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

276

No que concerne à minuta de Resolução, que disciplina o credenciamento, verificamos que houve ampliação para o todo o corpo clínico do Hospital, seguindo o mesmo critério proposto no Termo de Cooperação.

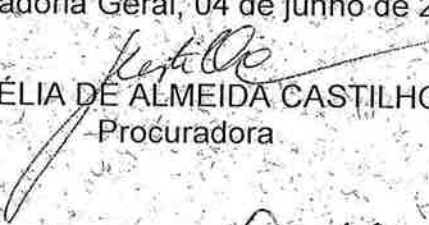
Também se constata a alteração do procedimento para credenciamento, que foi simplificado.

Sob o aspecto jurídico, não há óbices a serem levantados aos termos trazidos a exame.

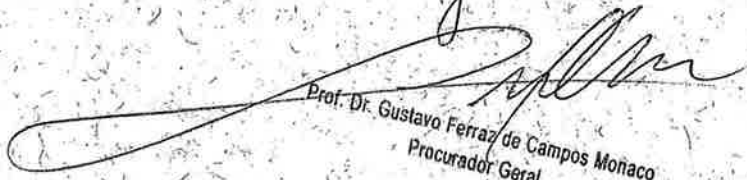
Deverá, entretanto, o mérito do Termo de Cooperação ser apreciado pela D. COP, bem como o da Resolução ser analisado pela D. CLR e pelo Colendo Conselho Universitário.

À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Procuradoria Geral, 04 de junho de 2012.


JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

Acolho o Parecer
A SG para deliberação
da D. COP, CLR e do Colen-
do Conselho Universitário.
PG, 4 jun 2012


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Física de São Carlos

Caixa Postal 369
13560-970, São Carlos, SP
Brasil

T +55(16)3373.9851
F +55(16)3373.9877
luizno@usp.br
<http://www.ifsc.usp.br>

Processo: 99.1.432.5.9

Interessada: Faculdade de Medicina

Assunto: Credenciamento de professores colaboradores

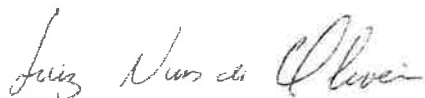
Senhor Presidente da CLR,

Chega a esta Comissão minuta de Resolução aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina, que visa a disciplinar o credenciamento de Professores Colaboradores vinculados ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A minuta tem por objetivo atualizar a Resolução 4727/1999, que trata do mesmo assunto. Como se sabe, a cooperação entre a FMUSP e o HC, que foi criada junto com o Hospital, ainda hoje serve de modelo para o trabalho conjunto de duas instituições com missões complementares. Nesse produtivo arranjo, os Professores Titulares da FM coordenam as unidades médicas do HC, enquanto médicos do HC participam das atividades didáticas, de pesquisa e de extensão da FM. A Resolução 4727, ao definir o credenciamento para essas atividades, criou um concurso para escolher os Professores Colaboradores a que poderiam concorrer apenas os médicos vinculados ao HC portadores de título de Doutor. A minuta a fls. 269-272 elimina o concurso e dá igual oportunidade aos outros Doutores no corpo clínico do Hospital. O credenciamento de um Professor Colaborador passa a depender apenas da aprovação de seu pedido pela Congregação da Unidade, que avaliará sua qualificação profissional e a adequação do seu plano de trabalho. A cada dois anos, o Professor Colaborador deve submeter relatório de atividades acompanhado de plano de trabalho atualizado.

O mérito da proposta de mudança é bastante evidente. A alteração no sistema de credenciamento do concurso é especialmente saudável porque valoriza o

alinhamento entre o plano de trabalho e o Projeto Acadêmico da Faculdade de Medicina, ao mesmo tempo em que elimina uma redundância. Isso posto, acompanho o parecer da Procuradoria Geral a fls. 274-276 e recomendo que a CLR aprove a minuta, para que o Conselho Universitário possa discutir a proposta.

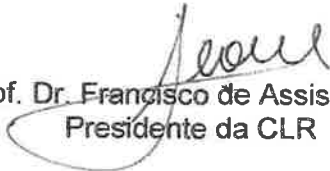
São Carlos, 3 de agosto de 2012



Luiz Nunes de Oliveira

A CLR, em sessão realizada em 15 de agosto de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de nova Resolução que disciplina o credenciamento de Professores Colaboradores vinculados ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluam-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de agosto de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 281

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 99.1.432.5.9
Interessado: FACULDADE DE MEDICINA

O Magnífico Reitor, em sessão do Conselho Universitário realizada em **25.09.12**, retirou os autos de pauta, para reanálise da proposta pela Unidade, a pedido da Prof.^a Dr.^a Berenice Bilharinho de Mendonça.

Encaminhem-se os autos à FM, voltando, oportunamente, à SG/Co.

São Paulo, 26 de setembro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA

Processo nº: 90.1.432.5.9

Interessado: Faculdade de Medicina

Assunto: Credenciamento de Professor Colaborador

INFORMAÇÃO

Senhor Secretário Geral,

Com a finalidade de esclarecer os membros do egrégio Conselho Universitário, quanto à proposta de nova Resolução disciplinando o credenciamento de profissionais do corpo clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como Professores Colaboradores junto à FMUSP, reportamo-nos, inicialmente, ao ofício do então diretor da FMUSP, Prof. Irineu Velasco, datado de 5 de maio de 1999 e dirigido ao M.Reitor, solicitando que fossem realizadas as gestões necessárias junto aos órgãos competentes da Universidade, para disciplinar o credenciamento de médicos do HC-FMUSP como Professores Colaboradores. O referido ofício informa que *"Em 1931, a Faculdade instalou-se definitivamente na atual sede, contando com a colaboração da Fundação Rockefeller, que exigiu como contrapartida a construção, pelo Governo do Estado, do Hospital das Clínicas, com a função de ser o seu hospital universitário. As obras foram iniciadas em 1938 e o hospital, inaugurado em 1944, funcionava plenamente já em 1948. (...) E a contrapartida exigida pela Fundação Rockefeller, de que fosse construído o Hospital das Clínicas, deu-se justamente porque não é possível uma escola médica funcionar sem um hospital universitário. Com o correr do tempo, dois fatos sobrevieram: 1. A autonomia da Universidade de São Paulo; o Hospital das Clínicas deixou de estar vinculado à Casa Civil, subordinando-se à Secretaria da Saúde. Assim, o Hospital e a Faculdade passaram a ter diferentes linhas hierárquicas: O Hospital das Clínicas subordinando-se à Secretaria de Estado da Saúde e a Faculdade de Medicina à Universidade de São Paulo. Na prática, porém, tudo continuou funcionando como no princípio, ou seja, os médicos titulados do Hospital das Clínicas prosseguiram trabalhando conjuntamente com os docentes da Faculdade no ensino, na pesquisa e nas atividades de extensão."* A Comissão de Legislação e Recursos (CLR) aprovou, em 7 de junho de 1999, as minutas de Resolução e do Termo de Adesão, destacando-se o seguinte trecho do parecer emitido pelo relator, Prof. Walter Colli: *"Considero, particularmente, que o presente arranjo excepcional é adequado à Faculdade de Medicina tendo em vista a profunda interpenetração entre as duas entidades, o que torna a situação ímpar e extremamente peculiar."* É importante também salientar que o Hospital das Clínicas estabelece, no artigo 634 do seu Regimento, que a responsabilidade técnica, didática e de direção das Unidades Médicas de Apoio é atribuída aos Professores Titulares da FMUSP sendo que as finalidades institucionais da FMUSP e do HCFMUSP são, por força dos próprios regimentos, profundamente inter-relacionadas, conforme está registrado no texto do Termo de Cooperação estabelecido em 11 de julho

de 2000 e também no novo Termo que está sendo proposto.

Diante dos questionamentos apresentados na sessão do Conselho Universitário realizada em 25 de setembro deste ano, temos as seguintes considerações a apresentar:

1. A proposta de Termo de Cooperação ora apresentada tem por objetivo renovar a vigência de uma prática já existente desde julho de 2000 – aprovada pelo Conselho Universitário, tendo em vista a especificidade do relacionamento da FM com o Hospital das Clínicas. Além disto, a proposta também busca aprimorar os procedimentos estabelecidos, com base nos fatos observados nesses doze anos de existência do *Professor Colaborador Médico*; e um dos fatos mais importantes é a participação, nas atividades de ensino e pesquisa da FM, das diversas categorias profissionais que constituem o *Corpo Clínico* do HC (assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais), motivo pelo qual a proposta de renovação do Termo de Cooperação estende a possibilidade de credenciamento como *Professor Colaborador da FMUSP* aos profissionais do Corpo Clínico que possuam o título de doutor. O interesse de outras Unidades da USP em contar com profissionais do HC como seus professores colaboradores, foi analisado pela Procuradoria Geral da USP (à época denominada Consultoria Jurídica) em parecer datado de 28/9/1999 (fls.57) e a conclusão foi de que “...para que seja possível a assinatura do termo de adesão para o desempenho de serviço voluntário será necessário, analisados os aspectos de mérito, isto é, conveniência e oportunidade da administração, ser avaliado o caso concreto, **podendo-se elaborar outros convênios semelhantes ao aqui proposto.**” (grifo nosso). Portanto, acreditamos que as Unidades da USP que assim o desejarem, poderão formular suas propostas de cooperação com o Hospital das Clínicas, até mesmo considerando o que determina o artigo 9º do Estatuto da USP, em seu parágrafo 1º (“As entidades associadas colaborarão em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, quando solicitadas pela USP.”)
2. Quanto à sugestão de membro do Conselho Universitário, apresentada na sessão 25/set/2012, de vincular o credenciamento de *Professores Colaboradores* do HC junto à FMUSP a um “processo aberto de seleção pública”, para que o credenciamento não fique “exclusivamente a critério do Departamento” expressando “simplesmente um desejo manifesto do Professor e uma concordância do Departamento” temos que considerar o fato de que a proposta encaminhada pela FMUSP em março de 2012, aprovada pela Procuradoria Geral da USP e pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR) prevê que a solicitação de credenciamento deve ser apresentada ao Departamento da FMUSP ao qual está vinculada a Divisão do HCFMUSP em que o interessado desenvolve suas atividades, acompanhada de:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

a) currículo atualizado na Plataforma Lattes; b) projeto de pesquisa, de ensino ou de extensão, de interesse do Departamento; c) plano de trabalho discriminando as atividades que serão desenvolvidas junto ao Departamento. **O Projeto e o Plano de Trabalho, ouvidos os Departamentos interessados e a Comissão de Graduação e/ou Pós-Graduação e/ou Pesquisa e/ou Cultura e Extensão Universitária da FMUSP, deverão ser aprovados pela Congregação, com base na avaliação da proposta apresentada e no reconhecimento da qualificação acadêmica do interessado, tendo em vista o interesse institucional.** (conforme consta do artigo 4º, parágrafo 1º, da minuta de Resolução que foi aprovada pela PG e CLR). Salientamos aqui a vigência, durante mais de dez anos, de um processo de credenciamento muito semelhante a um concurso para ingresso na carreira docente – tanto em relação às provas, quanto ao custo financeiro e de recursos humanos necessários para a sua realização – gerando a falsa ideia, aos credenciados, de que haviam feito um *concurso*... A nova proposta não restringe ao Departamento o poder de credenciar o profissional do corpo clínico do HC como Professor Colaborador junto à FMUSP. O Departamento recebe a solicitação e emite parecer, encaminha a documentação para a Comissão Estatutária pertinente ao Projeto e ao Plano de Trabalho apresentado, a qual, por sua vez, também emitirá parecer sobre a solicitação. Compete à Congregação aprovar ou não o credenciamento solicitado – e a Congregação da FMUSP tem, hoje, 130 membros.

São estas as considerações que julgamos importante apresentar, à guisa de esclarecimento ao egrégio Conselho Universitário, após reanalísarmos detalhadamente toda a documentação que instrui o Processo 99.1.432.5.9, sem deixar de reiterar a importância, ali mencionada, de dispormos de um mecanismo que configure o reconhecimento formal e factual da Universidade de São Paulo para com o relevante papel que os profissionais do corpo clínico do Hospital das Clínicas exercem na formação dos alunos da Faculdade de Medicina.



Prof. Dr. Jose Otavio Costa Auler Junior
Vice-Diretor no exercício da Diretoria



Profª Drª Berenice Bilharinho de Mendonça
Representante da Congregação junto ao Co



DIR/371/FM

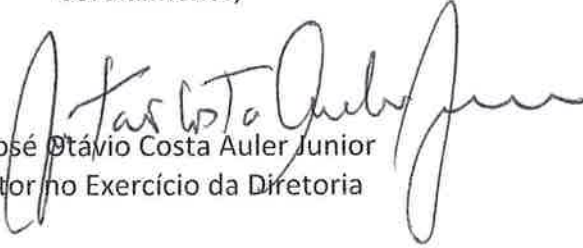
São Paulo, 13 de dezembro de 2012.

Prezado Secretário Geral,

Após entendimentos com a Profª Drª Diná Monteiro da Cruz, Diretora da Escola de Enfermagem da USP, solicito a V. As. Que seja alterada a cláusula quarta da minuta do Termo de Cooperação (processo 99.1.432.5.9 – Credenciamento de profissionais do corpo clínico do HC/FMUSP como professores colaboradores da FMUSP). No inciso I da referida cláusula quarta, onde está escrito “prover com seus docentes o corpo clínico do HCFMUSP...” deve ser escrito “prover com seus docentes vinculados à FMUSP, o corpo clínico do HCFMUSP...”

Agradecendo a atenção de V. Sa., renovo meus cumprimentos.

Cordialmente,



Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Junior
Vice-Diretor no Exercício da Diretoria

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. RUBENS BEÇAK

Secretário Geral da Universidade de São Paulo

SECRETARIA GERAL 13/DEZ/2012 12:07 00000



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 99.1.432.5.9

Interessado: FACULDADE DE MEDICINA

De ordem do Magnífico Reitor, reincluíam-se os autos na
pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 13 de dezembro de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral